



**ATA N.º 08/2024**

*FSL*

**Data da reunião ordinária: 18/04/2024**

**Início da reunião: 14:15 horas**

**Fim da reunião: 18:10 horas**

A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.

**Membros que comparecem à reunião:**

**Presidente:**

Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves

**Vereadores**

Ana Isabel Alves Dias

José de Moura Rodrigues

José Fernando Pereira Capela

Jorge Carneiro Morais Fidalgo

Sandra Manuela Justo Alves de Sousa

Manuel António Fernandes

**Responsável pela elaboração da ata:**

**Nome:** Maria Fernanda Dinis Moreira

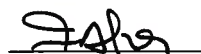
**Cargo:** Chefe da Divisão Administrativa



**ATA N.º 8**  
**Reunião ordinária da Câmara**  
**Municipal de Montalegre, realizada**  
**no dia 18 de abril de 2024.**

No dia dezoito do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, sob a presidência da Senhora Presidente da Câmara Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, e com a participação dos Senhores Vereadores Dra. Ana Isabel Alves Dias, Dr. José de Moura Rodrigues, Dr. José Fernando Pereira Capela, Dr. Jorge Carneiro Morais Fidalgo, Dra. Sandra Manuela Justo Alves de Sousa, Manuel António Fernandes e comigo, Maria Fernanda Dinis Moreira, na qualidade de secretária. \_\_\_\_\_  
Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, quando eram catorze horas e dez minutos, foi declarada aberta a reunião, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia, disponibilizada aos membros do executivo, no dia catorze de março de dois mil e vinte e quatro, na plataforma de gestão documental sharepoint, cujo teor se transcreve infra, documento que vai ficar arquivado no maço de documentos relativos a esta reunião sob a forma *de doc. n.º 1*. \_\_\_\_\_

- 1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 07/2024, RELATIVA À REUNIÃO ORDINÁRIA DE 04 DE ABRIL.
- 2- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.
- 3- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:
  - 3.1. PROGRAMA ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO – PROPOSTA;
  - 3.2. PROGRAMA “OLHARES PELA MATERNIDADE” – PROPOSTA;
  - 3.3. APRECIÇÃO E DECISÃO ADMINISTRATIVA DE DECLARAR "COBRANÇA INDEVIDA" O PAGAMENTO DE DOIS METROS DE RAMAL DE ÁGUAS RESIDUAIS – PROPOSTA;
  - 3.4. AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE TRÊS POSTOS DE CARREGAMENTO DE MOBILIDADE ELÉTRICA, POR CONCURSO PÚBLICO, E RESPECTIVA APROVAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS. DF N.º 53/2024 – PROPOSTA;
  - 3.5. RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO DE 02/04/2024 A 15/04/2024 – CONHECIMENTO;
  - 3.6. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA N.º 73/2024 – CONHECIMENTO;
  - 3.7. PRESTAÇÃO DE CONTAS & RELATÓRIO – ANO 2023 – PROPOSTA;
  - 3.8. 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ANO 2024, SEGUNDA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA, PRIMEIRA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA, SEGUNDA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS, SEGUNDA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – PROPOSTA;



**3.9. CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO NOS SUBSÍDIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DO SAAS, PARA O ANO 2024 – PROPOSTA;**

**3.10. FORMALIZAÇÃO DA CEDÊNCIA A TÍTULO GRATUITO DA FRAÇÃO "A", DO PRÉDIO CONSTITUÍDO EM PROPRIEDADE HORIZONTAL, SITO NA BORRALHA - BAIRRO NOVO, FREGUESIA DE SALTO, MONTALEGRE A FAVOR DE LEOPOLDINA GONÇALVES PEREIRA – PROPOSTA;**

**3.11. APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE PARCERIA A OUTORGAR ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E APFTFB - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE FUMEIRO DA TERRA FRIA BARROSÃ – PROPOSTA;**

**3.12. AUMENTO DOS APOIOS AO NASCIMENTO DE VITELLOS NO CONCELHO – PROPOSTA APRESENTADA PELOS VEREADORES DO PSD.**

I

ATAS

1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 07/2024, RELATIVA À REUNIÃO ORDINÁRIA DE 04 DE ABRIL. DELIBERAÇÃO: A câmara municipal, depois de ter dispensado a sua leitura com fundamento em ter sido distribuída conjuntamente com a ordem do dia da presente reunião, passou à discussão e votação da aludida ata e deliberou, por unanimidade, a sua aprovação. \_\_\_\_\_

II

– ANTES DA ORDEM DO DIA –

**Intervenções:** \_\_\_\_\_

O senhor vereador eleito pelo Partido Social Democrata Dr. José Rodrigues interveio e solicitou alguns esclarecimentos, sobre a realização da Assembleia Extraordinária a ter lugar no dia 25 de abril, no que se refere à intervenção dos representantes dos partidos políticos. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente respondeu que nessa sessão do dia 25 de abril, vão intervir os líderes dos partidos políticos representados neste órgão e a Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

Seguidamente, o senhor vereador Dr. José Rodrigues solicitou, cópia simples dos planos de atividades da Associação Mountain Riders relativos aos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024. Referiu ainda que deixa uma nota sobre o não agendamento para esta reunião da questão do projeto da Central Solar e Eólica dos Pisões, que está até ao dia sete de maio, em consulta pública no portal Participa. Supõe que o assunto está a ser tratado para ser discutido na próxima reunião. Lembrou que, depois de se discutir esta questão, terá de se preparar o documento com a posição da câmara e juntá-lo no portal. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente referiu que os serviços estão a tratar do assunto e a fazer os contactos com as universidades para que se consiga obter um documento com um parecer de índole técnico e fundamentado. \_\_\_\_\_

O senhor vereador perguntou se este assunto, não ia ser discutido em reunião. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente respondeu que tinha percebido que o senhor vereador queria um parecer técnico sobre este assunto para um melhor esclarecimento das implicações deste projeto. \_\_\_\_\_



O senhor vereador da oposição respondeu que o que pediu foi um agendamento do desse assunto à reunião de câmara. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente afirmou que pretende obter, um parecer técnico porque a discussão tornar-se-á mais produtiva, dado que as questões que se colocam são essencialmente de índole técnico. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, a sua intervenção o senhor vereador disse que, vai fazer um reparo sobre o que se passou na última reunião sobre o ponto 4.6 da ordem de trabalhos, que se refere à questão das alterações permutativas. Deste modo, referiu: \_\_\_\_\_

- "Face, à ausência da Chefe das Finanças Dra. Maria José Baía, a dúvida persistiu e a câmara tomou conhecimento do referido ponto, uma vez que a competência das alterações permutativas aos documentos previsionais, estão delegadas na Senhora Presidente da Câmara. Durante esta semana, recebi um email da Dra. Maria José Baía, a informar que houve um lapso dos serviços e que a tal "quarta página," fazia parte da outra "quinta alteração" modificativa e não da quarta, ou seja, houve uma troca de páginas entre documentos. Ora, o que acha mais estranho, é que tirando esta confusão, não se tenha agendado novamente o ponto 4.6, agora com a documentação correta, para esta reunião de câmara para nova tomada de conhecimento da referida alteração documental. Não sabe, quais as consequências jurídicas, ou se efetivamente esta situação, têm consequências ou não, mas parece-lhe que no mínimo, o que se poderia dizer como justificação, é que na última reunião de câmara, no ponto tal, a página estava trocada e o documento correto é este que agora se apresenta, pelo que o melhor será, a câmara tomar conhecimento de novo deste assunto. Esta, parece-lhe que seria a posição mais correta, contudo, nada consta da ordem de trabalhos sobre este assunto." \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente respondeu que esse ponto não estava na ordem de trabalhos, nem tinha que estar porque apenas era para conhecimento. \_\_\_\_\_

O senhor vereador da oposição contestou porque referiu que apesar de o assunto ser para conhecimento da câmara, a informação estava errada. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente afirmou que, pelo facto da informação estar errada, é que o senhor vereador foi esclarecido desse lapso, e disse que só não se engana, quem nada faz. Aliás, o senhor vereador foi em tempo útil esclarecido pela Dra. Maria José, através de email, mais, hoje ela está cá desde o início da reunião e pode ainda esclarecer o que desse assunto, restar ainda como dúvida. Agradece, a preocupação do senhor vereador mas o referido lapso que se verificou, não interfere rigorosamente em nada na gestão municipal, seja do que for, pois trata-se de alterações permutativas dos documentos que são pontuais, são da competência da Presidente da Câmara e decorrem de pequenos ajustes das necessidades quotidianas que implicam o mero conhecimento ao órgão câmara. Por isso, senhor vereador, não há nada de estranho neste assunto, não afeta o orçamento, não é um documento que afete ou ponha em causa a credibilidade dos serviços técnicos, os quais tiveram a honestidade de esclarecer o lapso



ocorrido. Deste modo, se o senhor vereador pretender assacar responsabilidades faça-o à Presidente da Câmara, que assinou o documento em causa. \_\_\_\_\_

O senhor vereador respondeu que se os vereadores da oposição deram conta deste lapso, o executivo também deveria ter dado. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente voltou a repetir que a responsabilidade deste lapso é sua e perguntou ao senhor vereador, se queria dizer mais alguma coisa. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que, sobre este assunto refere que foi muito cuidadoso, quando escreveu o que acima disse, até para evitar ferir suscetibilidades dos técnicos porque a Senhora Presidente, foge sempre para o mesmo assunto, ou seja, “coitadinho dos técnicos”, mas, não falou dessa forma, não imputou qualquer responsabilidade aos técnicos, nem a ninguém, mas apenas à Senhora Presidente. Foi, a Senhora Presidente que assinou um documento que não estava correto, os vereadores da oposição detetaram o erro, e a Senhora Presidente tinha a obrigação de o detetar também. Na sua perspectiva, era natural que o assunto fosse reagendado de novo porque assim é que estaria correta a forma de tratar esse lapso e esta, é que é a questão de fundo. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que o senhor vereador, gosta de criar problemas, mas volta a repetir que a responsabilidade é sua, é política e, não é dos técnicos. Questionou se este lapso, pôs em causa alguma das funções da câmara, mais, o lapso foi corrigido, e o senhor vereador informado desse facto, por isso, não há mais nada a dizer sobre isto, que é um não assunto. Por outro lado, referiu que o senhor vereador, continua a pôr palavras na sua boca que não são suas, pois nunca ouvirá da Presidente da Câmara a tratar ninguém como “coitadinhos,” muito menos, os trabalhadores deste município. Aliás, o senhor vereador com as expressões que utilizou, o que fez, foi imputar a responsabilidade aos técnicos e depois de forma disfarçada, afirmou que a responsabilidade não é dos técnicos, mas da Presidente da Câmara. Porém, a partir do momento em que a Dra. Maria José Baía, lhe mandou um email, a explicar o lapso que aconteceu, o senhor vereador na responsabilidade de vereador que tem, decide vir para esta reunião, assacar responsabilidades à Presidente da Câmara, por isso, só lhe resta lamentar profundamente esta situação que foi criada pela oposição. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. Fernando Capela interveio para dizer que, na ordem de trabalhos da reunião de câmara anterior, constava lá este assunto para conhecimento, desta forma, inteirou-se que uns documentos não eram reais, que não tinham cabimento naquele ponto, ou seja, os documentos estavam lá, mas estavam errados. Porém, até hoje, não teve qualquer informação de que são aqueles documentos ou outros porque não recebeu nenhum email a explicar tal situação. Agora, se foi concluído que o assunto estava errado na reunião anterior, o que se esperava é que nesta ordem de trabalhos para a reunião de hoje, o mesmo fosse reagendado. Pois, se houve um lapso e os documentos não eram aqueles, teriam que vir novamente aqui à reunião, para se ter conhecimento dos documentos corretos. Este, seria o funcionamento normal de uma instituição porque de contrário, uns tem conhecimento de uma coisa e outros doutra. \_\_\_\_\_





A Senhora Presidente da Câmara respondeu que o senhor vereador Dr. Capela, não tinha percebido o que tinha dito, pois, os documentos eram os que receberam, com a exceção de uma folha que estava trocada, e onde constava o lapso, isto, num documento constituído por várias folhas. Por outro lado, tudo foi explicado por email pela técnica e enviado ao vereador Dr. José Rodrigues. De seguida, perguntou se havia mais algum assunto, em que os senhores vereadores quisessem intervir, no período antes da ordem do dia. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues referiu que, quer acrescentar que é lamentável, que a Senhora Presidente tenha uma postura conflituosa e leve sempre estes assuntos ao mesmo porto. Disse que, tinha sido o mais cuidadoso possível, ao expor esta questão para que não ocorresse o que habitualmente se passa, mas uma vez mais, não conseguiu porque a Senhora Presidente tem sempre a mesma defesa. Admite que possa haver lapsos e erros que por vezes acontecem, toda a gente está sujeita a isso, mas há que os corrigir e a forma como a Senhora Presidente fez, não está correta. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que, em primeiro lugar o Dr. Capela, falou em “documento,” ora, não se trata de um documento, mas de uma folha desse documento, como já explicou. Por outro lado, os senhores vereadores da oposição que intervieram sobre este assunto, tem a formação académica e habilitações suficientes para perceberem, que apenas se tratava de um lapso numa folha e que dizia respeito apenas a uma rubrica. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. Capela afirmou que se tratava de oitocentos mil euros de diferença e portanto não era pouca coisa. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente referiu que se o senhor vereador estivesse atento, via que os oitocentos mil euros não estavam espelhados nos resultados finais, estes é que interessam e as rubricas que sofreram alteração, não tinham lá esse valor. Por isso, não é necessário escamotear e manipular esta situação como tentam fazer os senhores vereadores da oposição. Afirmou que, o que o senhor vereador Dr. José Rodrigues quis fazer ao trazer para discussão este assunto é vincar que a responsabilidade do sucedido é da Presidente da Câmara, mas como já disse, assume-a por inteiro. \_\_\_\_\_

Seguidamente, interveio a Dra. Sandra Sousa para dizer que aproximadamente, há dois meses e meio, tinha perguntado, quando ocorreria a abertura das piscinas municipais e a Senhora Presidente da Câmara, tinha então respondido que estavam em verificações técnicas. Coloca hoje, a mesma questão, ou seja, se já há data de abertura oficial ou se existe alguma coisa que esteja a impedir a abertura deste equipamento. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, há uma coisa que está a impedir a abertura das piscinas que é, a necessidade de se colocar um Posto de Transformação(PT) com mais potência para servir toda aquela área, incluindo o bairro, as escolas e designadamente, as piscinas, bem como outros equipamentos perspetivados futuramente para aquela zona. O PT já foi pedido há dois ou três meses, inclusivamente já foi pago, mas a EDP ainda não veio colocá-lo. Referiu que, lamenta que os prazos nestas situações, por vezes tenham de ser dilatados, \_\_\_\_\_



ainda que não seja, por causas imputáveis aos técnicos do município, os quais fizeram todas as diligências para que tal não acontecesse. \_\_\_\_\_

A senhora Chefe da Divisão de Finanças presente na reunião, solicitou a palavra para prestar um último esclarecimento sobre o assunto relativo ao ponto 4.6, agendado na reunião anterior. Nesse sentido, afirmou que o documento que estava errado, é apenas o documento do Orçamento da Despesa, uma vez que o PPI e o PAM estão corretos. Lamentou, o sucedido e afirmou que por esquecimento, o assunto não veio para correção a esta reunião. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara deu por encerrado o esclarecimento do assunto em causa e disse que passava a dar nota de dois assuntos para conhecimento de todos. Em primeiro lugar no dia vinte e quatro de abril, vai dar-se a aprovação na CCDD dos contratos de desenvolvimento e coesão territorial. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues perguntou, se estava a falar do Plano do Alto Tâmega. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente respondeu que, estava a falar do Plano do Alto Tâmega e Barroso e de todos os demais da região norte. Estava, a falar de todas as ITI's, porque o nome foi mantido, mas nos documentos vai passar a chamar-se o que nos documentos da CCDD estiver. Deste modo, vamos chamar ainda a esses documentos, Planos de Desenvolvimento e Coesão Territorial, irão ser assinados no dia vinte e quatro de abril, e a partir daqui, começam a sair os avisos para os projetos, que a câmara tem elencados no Portugal 2030. Só depois, esses projetos serão submetidos a concurso e poderão seguir o procedimento normal. Em segundo lugar, referiu que se deslocou a Bruxelas com a senhora Vice-presidente, para darem conta à Comissão da Agricultura das preocupações que o nosso território tem relativamente aos baldios, mas, não só. Foi ainda entregue, uma série de propostas, ouvidos previamente os técnicos que percebem destas matérias porque não prescinde da informação técnica. A Comissão de Agricultura, na pessoa da senhora eurodeputada, que gentilmente as recebeu e que é uma defensora dos territórios do interior como o nosso e que tem as particularidades que são conhecidas, inclusivamente, já tinha visitado a freguesia de Cabril e a empresa rural da senhora Paula Oliveira que foi finalista dos prémios Bauhaus. Deste modo, o que neste assunto lhe apraz aqui registar é o seguinte: \_\_\_\_\_

“Bem-haja, a todos aqueles que acreditam, que fazem acontecer e são muitos. Neste momento, os parabéns, vão para a Paula Oliveira porque ter o seu nome dito pela presidente da Comissão Europeia, orgulha-nos a todos e, sabemos bem, o que a Comissão de Agricultura, designadamente, a eurodeputada com quem falaram, aquilo pugna e aquilo que defende. Sendo certo, que agora também está a tratar do Plano rural, esta é uma boa matéria para ser contemplada e sabemos, que é isso que vai acontecer.” Seguidamente, deu nota que pediram uma audiência ao Senhor Ministro da Agricultura, que com certeza fará o agendamento o mais célere possível, quando se inteirar destas nossas preocupações. Referiu que, é necessário perceber que a agricultura, não é só a que é praticada no Alentejo, designadamente, a extensiva e intensiva, há outros territórios como o nosso com as suas especificidades e são estas que

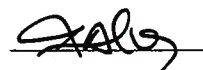


interessam, em termos de sustentabilidade, ambientais, económicos, fixação de pessoas e por isso, terão de ser vistos na perspetiva da valorização. Afirmou que, aquilo que já a ouviram dizer muitas vezes, é que a designação do nosso território, como Património Agrícola Mundial, é uma marca e deve trazer dividendos para os agricultores. \_\_\_\_\_

O senhor vereador da oposição Dr. José Rodrigues solicitou que, a Senhora Presidente da Câmara elencasse os projetos do município, que estão contemplados no Pacto Territorial, que vai ser aprovado no dia 24 de abril. Gostava de saber, se houve prioridades quanto a estes e se tivesse sido indicada e que lhe fosse dado conhecimento e ao mesmo tempo, solicitou que se fosse possível gostaria de ter uma cópia do documento, relativo a esse assunto. Pediu ainda à Senhora Presidente da Câmara, que fosse mais específica no que diz respeito aos resultados e ao feedback que teve da visita ao Parlamento Europeu e ao encontro com a senhora eurodeputada, no que toca às pretensões levadas e aos resultados que obtidos. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que na visita ao parlamento Europeu, deu nota das preocupações que existem para o nosso território, e o que se pode esperar é, uma equipa completamente defensora do Património Agrícola Mundial, que comunga também da preocupação de que a valorização do património que temos, seja efetiva, e não seja só, um selo que honra muito Montalegre. Disse que, foi para isto, que essencialmente junta com a senhora Vice-presidente, foram alertar a eurodeputada, para que haja uma majoração dos onze por cento, que já é atribuída no âmbito dos apoios aos agricultores, mas que lhes parece pouca. Alertaram ainda, para o corte nos baldios, por causa das especificidades dos que existem no nosso território e que na comissão não conhecem porque não possuem baldios nos seus territórios, ou seja, naquilo que diz respeito a que não são territórios privados mas comunitários. Deste modo, na majoração que se pretende, entendemos que deve ser incluída área de floresta para o encabeçamento dos baldios, que até agora não é contemplada, e se não for a cem por cento, pelo menos, que seja a cinquenta por cento porque os animais, não pastoreiam o ano todo nessas áreas. Mas, sendo esta uma prática local, tem de ser entendida a nível da comissão europeia, assim como, a existência de núcleos de giestas mais altas que se verificam nos nossos baldios, que servem em alguns locais para abrigo dos animais e nomeadamente, o gado caprino que além de se abrigar também se alimenta do pasto que existe nesses locais. Estas situações aqui nomeadas, e que são específicas do nosso território, devem servir para contabilizar área para o encabeçamento dos baldios. Por outro lado, falou-se das ajudas no que diz respeito aos lobos e javalis, nas perdas que estas espécies provocam aos agricultores e muitas outras questões, que foram deixadas em dossier elaborado e entregue para o efeito. Disse que, ficaram com a perceção de que todas estas propostas, iriam ser apresentadas à comissão de agricultura, numa espécie de dossier de transição, ainda que, no Parlamento Europeu, não haja esta figura, porém, a discussão deste assunto, tem de ter em conta estas especificidades dos territórios, para que se possa acrescentar valor e fixar pessoas. Por último, afirmou que se tratou de uma





audiência muito importante e interessante, que teve a duração de três horas em que falaram com quem as ouviu e principalmente, com quem conhece muito bem o Barroso. \_\_\_\_\_

A senhora vereadora Dra. Ana Isabel Dias referiu que a senhora eurodeputada, é ainda a coordenadora da Comissão da Agricultura. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara acrescentou que, a senhora eurodeputada como entendida e estudiosa destas matérias, levou a que ficassem convencidas, que pelo menos a matéria que abordaram nessa reunião, irá para cima da mesa, sendo que nos caberá sempre continuar a fazer pressão para que estes temas, possam ser acolhidos pela comissão europeia porque sozinhos não vamos a lado nenhum. \_\_\_\_\_

O senhor vereador da oposição Dr. José Rodrigues referiu que, a Senhora Presidente ao afirmar, “sozinhos não vamos a lado nenhum”, não deixa de estranhar porque sabendo-se, que a designação de Património Agrícola Mundial, abrange dois concelhos, ou seja, Montalegre e Boticas, não tenha ido a Bruxelas um representante do concelho vizinho. \_\_\_\_\_

A senhora vereadora Dra. Ana Isabel Dias respondeu que, não foi ninguém de Boticas, mas foi dado a este Município, conhecimento desta deslocação. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara esclareceu que, quem pediu a audiência à comissão foi o Município de Montalegre, porém, falaram a uma só voz porque não há, divisionismos entre os dois municípios. Acontece que, Montalegre foi na dianteira, mas se o papel se invertesse, tem a certeza de que Boticas, falaria de Montalegre, pois o Património Agrícola Mundial abrange os dois territórios. Prosseguindo, e retomando outro assunto, relativo à aprovação dos Plano de Desenvolvimento e Coesão Territorial, disse que as matérias constantes destes Pactos, são divididas em eixos e programas operacionais. No que diz respeito ao Eixo 3, que consiste na dinamização de ativos territoriais e a operação 5, Montalegre tem lá inserido a requalificação do Multiusos que está colocada em quarta prioridade. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues perguntou qual era o valor. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, se tratava de cerca de um milhão e duzentos e setenta e dois mil euros para intervencionar o telhado deste equipamento, que já têm uns anos e regista infiltrações. Quanto ao Centro de Recursos, este está em décima prioridade porque não se prevê, que se inicie este ano, pois só lá para o final do ano sairão os avisos para estas matérias. A requalificação do edifício dos Paços do Concelho, está colocada em segunda prioridade, pois torna-se necessário criar mais espaço para os técnicos, até porque foram assumidas novas competências, e é preciso que o edifício se torne mais funcional. Temos a requalificação da central de camionagem, colocada em como prioridade três e a quinta da Veiga está colocada em décima terceira prioridade. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues perguntou, em que consistia o projeto da quinta da Veiga. A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, vão lá desenvolver um projeto no âmbito do SIPAM, bem como, outros projetos em colaboração com a Universidade do Minho, com o Instituto Politécnico de Bragança e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Referiu que, já há



outros projetos atualmente, a serem desenvolvidos, designadamente, várias experiências, desde logo, a batata de várias espécies e um estudo sobre o centeio biológico. Continuando, disse que está prevista, a requalificação da Rua do Reigoso, que é uma rua central e está colocada em décima quarta prioridade, o Bairro da Borralha que está como oitava prioridade, para melhoramento das suas acessibilidades, o Parque do Cávado e do Torrão da Veiga, que estão colocadas em sexta e sétima prioridades. No que diz respeito, ao Multifunções de Salto este está colocado como primeira prioridade e há ainda, a requalificação e beneficiação do Espaço Padre Fontes em nona prioridade e o Ecomuseu de Vilar de Perdizes em décima quarta prioridade. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues perguntou, o que se pretende fazer no Ecomuseu de Vilar de Perdizes. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, no Polo de Vilar de Perdizes será essencialmente para a dinamização e criar no local, não só o “Boi,” como um polo ligado ao contrabando, tornando aquela aldeia, num local mais atrativo. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que, nunca teve oportunidade de visitar o Polo do Ecomuseu de Vilar de Perdizes, mas ao que sabe, este está sempre fechado. Perguntou, se o Polo nunca abriu porque já existe há algum tempo. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, formalmente o Polo do Ecomuseu de Vilar de Perdizes não abriu porém, ressalva que esse polo, não pertence ao município e foi entretanto, beneficiado pelo Junta de Freguesia. \_\_\_\_\_

O Senhor vereador referiu que, estava a falar da casa do Agricultor, que é uma casa agrícola. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente corrigiu e disse que se chamava a Casa do Lavrador, a qual não é da câmara. \_\_\_\_\_

O senhor vereador perguntou se não estava integrada no Ecomuseu. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente explicou que, não estava integrada no Ecomuseu e o que se pretende é alavancar Vilar de Perdizes, sendo certo, que cada Polo tem a sua particularidade, e estão ao serviço do território e do turismo. Nestes termos, pretende-se dar visibilidade a Vilar, criando ali um polo, que retrate o contrabando, que é uma das marcas mais distintiva daquela aldeia, porém, complementado com as ervas medicinais, neste caso, ligado ao Congresso de Medicina Popular que é outra marca daquele local. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que, em relação ao Polo do Ecomuseu de Vilar de Perdizes, a informação que colheu, é que supostamente, havia lá um Polo, que era a Casa do Lavrador, a qual está sempre fechada, o que é pena. Depois, viu uma iniciativa, que é uma ideia original da Junta de Freguesia que consistia em fazer um museu do “Boi do Povo,” a uns metros da referida Casa do Lavrador, ora, o mais provável então é que as duas, fiquem fechadas. Por isso, acha que deveria haver uma articulação de projetos, não sabe se é correto, o que está a afirmar, mas é a informação que colheu, e como vereador preocupa-se com estas coisas. Não possui, informação formal que irá ser do município a promover este projeto, mas em Vilar de Perdizes é o que dizem, ou seja, que há uma Casa do Lavrador que faz parte do Ecomuseu mas,



está sempre fechada, depois vê-se a Junta de Freguesia a tomar a iniciativa e abrir o Museu do Boi do Povo. O que as pessoas dizem, é que devia ficar tudo junto, para que se pudesse pôr lá uma pessoa, para assegurar a abertura destes dois equipamentos porque ter as coisas, gastar dinheiro e tê-las fechadas, na sua opinião, não faz sentido. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente disse que, estava presente na reunião o Dr. Fernando Moura que é de Vilar de Perdizes e que devia saber o que se passava, por isso, dava-lhe a palavra. \_\_\_\_\_

O Dr. Fernando Moura sobre este assunto referiu que, a casa do Lavrador foi comprada pela Junta de Freguesia e que nunca integrou o Ecomuseu. O que o município pretende, com a candidatura do projeto do Ecomuseu de Vilar, é criar um Polo que retrate a parte do contrabando e das ervas medicinais, entre outras coisas, que são os elementos mais identitários daquela aldeia. A criação da corte do Boi do Povo, foi uma decisão da Junta de freguesia e que teve a colaboração da aldeia. Assim, o que se pretende mesmo é criar um Polo do Ecomuseu em Vilar de Perdizes. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente agradeceu à Junta de Freguesia de Vilar de Perdizes por estar atenta e fazer aquilo que é da sua competência, ou seja, zelar pelo seu património. A câmara, que têm o projeto do Ecomuseu e que por isso, criou uma série de Polos, disseminados pelo território, considerando a importância identitária de Vilar de Perdizes, conseguiu fazer um Polo, exatamente dedicado, a dois temas que são de grande importância naquela aldeia, e são suas marcas identitárias, uma ligada à medicina popular e ao congresso anual que lá se realiza, centrado nos chás e nas ervas, e outra ligada ao contrabando que é outra marca importante daquele território. Assim, o primeiro passo é fazer em Vilar, o que se fez noutras locais que possuem polos de Ecomuseu e só depois se verá, como é que o mesmo será desenvolvido, se por uma associação, se pela junta de freguesia ou agregado à câmara. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues referiu que, para a oposição estava tudo bem, desde que se conseguisse visitar esses equipamentos e que estes estivessem abertos ao público. Neste caso, há já uma casa adquirida há muito tempo e a cair, é património público, seja da Junta ou da câmara, foi comprada para um determinado fim, e só cumpre a sua missão, quando estiver à disposição das pessoas e deviam estar abertas e neste caso, não o estão há demasiado tempo. A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, quando o senhor vereador vai a Vilar, falar com as pessoas que lhe dão as informações que aqui referiu, tem que responsabilizar o senhor Presidente da Junta e a Junta de Vilar de Perdizes, que adquiriram o património e que não o estão a pôr ao serviço das pessoas porque a câmara, não se "mete em casa alheia." Os edifícios de que o senhor vereador aqui falou, são da Junta de Freguesia, sendo que um já está requalificado e o outro terá por certo, um bom uso, tanto mais, que esta câmara respeita a soberania de cada um dos órgãos, como já o afirmou aqui muitas vezes. Prosseguindo, continuou a dar informação agora relativamente ao Eixo I, que é da Infraestrutura da Educação e das propostas que foram apresentadas e discutidas na CIM, no âmbito do Pacto de Coesão Territorial e que no dia vinte e quatro de abril serão assinadas e validadas na CCDR. \_\_\_\_\_



O senhor vereador Dr. José Rodrigues solicitou cópia de todos os documentos relativos às propostas, que foram discutidas na CIM, no âmbito do Pacto que irá ser assinado e de que a Senhora Presidente fez aqui a apresentação. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente referiu que, apesar de serem documentos internos e cuja informação pode não estar correta porque pois pode ainda ser alterada, uma vez que, só quando as propostas ficarem validadas pela CCDRN e o Pacto assinado, é que se possui a verdadeira informação, contudo, pediu ao Dr. Fernando Moura que preparasse um dossier para entregar aos senhores vereadores da oposição. \_\_\_\_\_

**- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -**

**III**

**INTERVENÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA**

**3.1. PROGRAMA ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO – PROPOSTA.** \_\_\_\_\_

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pela Dra. Ana Isabel Alves Dias, vereadora com competências na área da Ação Social, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais: \_\_\_\_\_

“À Reunião de Câmara de 18.04.2024 \_\_\_\_\_

PROPOSTA: PROGRAMA *Abem*: Rede Solidária do Medicamento \_\_\_\_\_

No âmbito do PROGRAMA *Abem*: Rede Solidária do Medicamento, e das Normas de atribuição do respetivo benefício/cartão, proponho à Ex.ma Câmara a aprovação da lista anexa dos agregados familiares candidatos que integram o Programa *Abem* com a renovação dos processos constantes no n.º 1, alínea a). \_\_\_\_\_

A Vereadora da Ação Social - Ana Isabel Alves Dias \_\_\_\_\_

ASSUNTO: PROGRAMA *Abem*: Rede Solidária do Medicamento \_\_\_\_\_

1- Renovação dos processos: \_\_\_\_\_

a) porque continuam a cumprir com o determinado no artigo 3º, do anexo ao Protocolo. \_\_\_\_\_

N.º Dignidade	Nome	N.º de cartões
1930076	.....	1
1840227	.....	1
1053774	.....	2
0274522	.....	2

*Esta proposta e os documentos anexos ficam arquivados no maço de documentos desta ata sob a forma de doc. n.º 2.* \_\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes, a aludida proposta. \_\_\_\_\_





À Divisão Sócio Cultural e Educação (DSCE) para acompanhamento da execução desta deliberação. \_\_\_\_\_

### 3.2. PROGRAMA “OLHARES PELA MATERNIDADE” – PROPOSTA. \_\_\_\_\_

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais: \_\_\_\_\_

À Reunião de Câmara de 18.04.2024 \_\_\_\_\_

#### PROPOSTA - Programa “Olhares pela Maternidade” \_\_\_\_\_

No âmbito do Regulamento do Programa “Olhares pela Maternidade”, foram apresentadas 2 candidaturas, correspondente a outras tantas crianças nascidas no concelho de Montalegre. \_\_\_\_\_

Analisadas as mesmas, proponho: \_\_\_\_\_

1. Admissão das candidaturas constantes da lista anexa (listagem n.º 45), porque cumprem com as condições gerais de atribuição do apoio, definidas no artigo 4.º. \_\_\_\_\_

2. Que seja atribuído o apoio financeiro mensal no valor de 50,00€, com o pagamento a partir do mês de abril, concretizado mediante a apresentação dos documentos referidos na alínea b) e e), do artigo 5.º e, até as crianças perfazerem os três anos de idade. \_\_\_\_\_

1. Considerando que, em cumprimento do disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, que o executivo municipal autorize que a presente proposta possa produzir efeitos financeiros plurianuais, concretizados da seguinte forma: \_\_\_\_\_

Objeto	Ano de 2024	Ano de 2025
Apoio Financeiro a todas as crianças residentes no concelho, até perfazerem os 3 anos de idade (2)	€ 900,00	€ 1200,00

Montalegre, 15 de abril de 2024 \_\_\_\_\_

A Presidente da Câmara- Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves.” \_\_\_\_\_

*Esta proposta e os documentos anexos ficam arquivados no maço de documentos desta ata sob a forma de doc. n.º 3.* \_\_\_\_\_

Antes da apresentação da proposta transcrita a Senhora Vereadora Dra. Ana Isabel Dias informou que por motivos de parentesco com um dos beneficiários da proposta, estava impedida de votar este assunto pelo que se ausentou da sala da reunião quando eram quinze horas e sete minutos. \_\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes, a aludida proposta. \_\_\_\_\_

À Divisão Socio Cultural e Educação (DSCE) para efeitos de notificação e acompanhamento da execução material da presente deliberação. \_\_\_\_\_





- CONCESSÃO DE APOIOS / SUBSÍDIOS -

V

PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO URBANÍSTICA

1 – PLANEAMENTO / ORDENAMENTO

2 – OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO / OBRAS DE URBANIZAÇÃO

3 – OBRAS DE EDIFICAÇÃO

4 – SERVIÇOS URBANOS

3.3. APRECIÇÃO E DECISÃO ADMINISTRATIVA DE DECLARAR "COBRANÇA INDEVIDA" O PAGAMENTO DE DOIS METROS DE RAMAL DE ÁGUAS RESIDUAIS – PROPOSTA.

Foi presente, para aprovação do executivo municipal, relativamente ao assunto identificado em epígrafe uma proposta subscrita pelo Chefe da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos Eng.º Rui Cruz na qual propõe a devolução da cobrança indevida do ramal de águas residuais efetuada ao CIL n.º3271 no montante de duzentos e três euros e cinquenta e quatro cêntimos de acordo com a informação prestada pelos respetivos serviços.

*Esta proposta e os documentos anexos ficam arquivados no maço de documentos desta ata sob a forma de docs. n.s 3 e 4.*

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a proposta apresentada, nos termos em que se encontra formulada.

À Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos para dar cumprimento à presente deliberação.

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS

VII

FORNECIMENTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS

3.4. AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE TRÊS POSTOS DE CARREGAMENTO DE MOBILIDADE ELÉTRICA, POR CONCURSO PÚBLICO, E RESPECTIVA APROVAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS. DF N.º 53/2024 – PROPOSTA.

Foi presente para deliberação do executivo municipal, uma proposta sobre o assunto em epígrafe subscrita pela Senhora Presidente da Câmara a qual para os devidos efeitos infra se transcreve na íntegra. Anexo a esta proposta encontra-se o programa de concurso e o caderno de Encargos que se dão aqui por integrados e reproduzidos.

“PROPOSTA / 2024

Assunto: Proposta de autorização de concessão do direito de uso privativo de três postos de carregamento de mobilidade elétrica, por concurso público, e respetiva aprovação das peças procedimentais. DF N.º 53/2024

I – DA MOTIVAÇÃO

Considerando que o Município de Montalegre dispõe de três postos de carregamento de mobilidade elétrica, nas vilas de Montalegre e de Salto e na freguesia de Cabril, instalados em zona de domínio público municipal, constituindo bens de domínio público municipal.



Considerando que a gestão adequada dos três postos de carregamento de mobilidade elétrica deve ser promovida por iniciativa privada, não dispondo a autarquia de competências operacionais para assegurar as atividades em causa. \_\_\_\_\_

Considerando que, de acordo com o regime jurídico dos bens de domínio público, aprovado pelo Decreto-lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, em concreto nos seus artigos 27.º a 30.º, a figura jurídica que permite transferir a responsabilidade pela exploração de tais equipamentos para a iniciativa privada, é o procedimento pré-contratual de concurso público, tendo por objeto a exploração de tais equipamentos e respetiva manutenção, em regime de concessão. \_\_\_\_\_

Considerando que por deliberação da Câmara Municipal de Montalegre, datada de 21.12.2023 e por deliberação da Assembleia Municipal de Montalegre, datada de 28.12.2023, foi deliberado autorizar a concessão do direito de uso privativo de três postos de carregamento de mobilidade elétrica, por concurso público, bem como aprovadas as competentes peças procedimentais, nomeadamente o Programa de Concurso e Caderno de Encargos; \_\_\_\_\_

Considerando que na pendência do referido concurso público, foi constatada a existência de erros nas peças do procedimento relativos a aspetos essenciais do contrato. \_\_\_\_\_

Considerando que tais erros, para além de manifestamente essenciais, revestiam-se de uma manifesta imprevisibilidade aquando da prática da decisão de contratar e consequente aprovação das peças do procedimento. \_\_\_\_\_

Considerando que por força da constatação desses erros, e por se verificarem cumpridos os respetivos requisitos, o órgão competente para a decisão de contratar proferiu, no passado dia 01.02.2024, um projeto de decisão de não adjudicação, extinção do procedimento e revogação da decisão de contratar, nos termos da aplicação conjugada da alínea c) do n.º 1 do artigo 79.º e do n.º 1 do artigo 80.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP). \_\_\_\_\_

Considerando que se mantem a necessidade de adjudicar a concessão do direito de uso privativo de três postos de carregamento de mobilidade elétrica, e que nos termos do disposto na alínea p) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, autorizar esta última a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais. \_\_\_\_\_

## II – DA PROPOSTA \_\_\_\_\_

Nestes termos, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, p) do n.º 1, do artigo 25.º, em conjugação com a alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor ao executivo municipal, o seguinte: \_\_\_\_\_

a) Autorizar a concessão do direito de uso privativo de três postos de carregamento de mobilidade elétrica, por concurso público, através do recurso ao concurso público e respetiva aprovação das peças de procedimento. \_\_\_\_\_

b) Que este procedimento seja conduzido pelo júri, constituído da seguinte forma: Rui Manuel Miranda da Cruz, Chefe da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, na qualidade de Presidente; Maria Fernanda Dinis Moreira, Chefe da Divisão Administrativa e Sílvia de Oliveira Martins



Campos, Chefe da Unidade de Contratação Pública, na qualidade de primeiro e segundo vogais efetivos. Maria José Afonso Baía, Chefe da Divisão de Finanças, e Nuno Filipe Carvalho Duarte, Técnico Superior, na qualidade de primeiro e segundo vogais suplentes. Na falta ou impedimento do presidente, será o mesmo substituído pelo primeiro vogal efetivo. \_\_\_\_\_

c) Delegar neste júri a competência para, se necessário, proceder à audiência prévia dos interessados quanto à decisão de admissão/exclusão de candidato(s). \_\_\_\_\_

d) A designação do Eng. Rui Manuel Miranda da Cruz, como gestor do contrato, responsável pelo acompanhamento permanente da execução do contrato, nos termos do artigo 290.º- A do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual. \_\_\_\_\_

e) Que, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do executivo municipal, seja a mesma levada à autorização da assembleia municipal. \_\_\_\_\_

Paços do concelho de Montalegre, 15 de abril de 2024. \_\_\_\_\_

A Presidente da Câmara Municipal, (Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves) \_\_\_\_\_

Em anexo: Programa de concurso e caderno de encargos." \_\_\_\_\_

*O documento da proposta, bem como, os documentos anexos, ficam juntos ao maço de documentos desta ata sob a forma ade docs. n.ºs 5,6 e 7.* \_\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a proposta apresentada, bem como o programa de concurso e caderno de encargos apresentados. \_\_\_\_\_

À Unidade de Contratação Pública para cumprimento da presente deliberação. \_\_\_\_\_

## VIII GESTÃO AUTÁRQUICA

### 1 – GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

### 2 – GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL \_\_\_\_\_


#### 3.5. RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO DE 02/04/2024 A 15/04/2024, PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL \_\_\_\_\_

Foram presentes pelo Núcleo de Gestão Financeira (NGF), para efeitos de conhecimento do executivo municipal, listagem de ordens de pagamentos efetuados pela autarquia, relativa ao período compreendido entre os dias dois e quinze do mês de abril de dois mil e vinte e quatro na importância global ilíquida de € 720.311,98 (setecentos e vinte mil, trezentos e onze euros e noventa e oito cêntimos) – *ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento sob a forma de doc. n.º8.* \_\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento. \_\_\_\_\_

#### 3.6. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA N.º 73/2024 – CONHECIMENTO \_\_\_\_\_

Foi presente pela secção de tesouraria para conhecimento do executivo municipal, o resumo diário da tesouraria n.º 73, respeitante ao dia quinze de abril de dois mil e vinte e quatro, o qual apontava para o total de disponibilidades na ordem de € 9.054.636,68, sendo € 8.257.913,32 a título de dotações orçamentais, e € 796.723,36 a título de dotações não orçamentais. \_\_\_\_\_



*Documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido e se arquiva no maço de documentos relativo à presente ata sob a forma de doc. n.º9.* \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues observou que a câmara, segundo o resumo da tesouraria apresentado, tem em caixa um valor cerca de oito milhões, duzentos e cinquenta e sete mil euros, o que é um montante considerável e, se há uns tempos atrás, disse que os seis milhões que estavam depositados já era muito, verifica que já se conseguiu subir esse valor. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, presentemente já não estão em caixa os oito milhões indicados no resumo diário da tesouraria porque desse montante, já saiu o pagamento dos salários dos trabalhadores municipais. \_\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento. \_\_\_\_\_

### **3.7. PRESTAÇÃO DE CONTAS & RELATÓRIO – ANO 2023 – PROPOSTA.** \_\_\_\_\_

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, nos termos da alínea j), do n.º1, do artigo 35.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, os documentos de prestação de contas, relativo ao exercício de dois mil e vinte e três, os quais foram elaborados de acordo com o sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas(SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental aprovada pela Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, incluindo a análise da execução do orçamento do município de Montalegre em 2023, a sua situação económico-financeira com as respetivas demonstrações financeiras – *documento cujo o teor se dá aqui por integrado e reproduzido, para os devidos efeitos, e se anexa à presente ata sob a forma de doc. n.º10.* \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do documento da prestação de contas relativo ao ano de dois mil e vinte e três referindo o seguinte: \_\_\_\_\_

“O orçamento inicial tinha uma previsão de 24 532 000,00 euros, ao longo da gerência o mesmo foi objeto de alterações modificativas e permutativas, alterando o valor para 27 654 872,00 euros. A taxa de execução da Receita foi de 99,1%, ou seja, a receita cobrada líquida atingiu o valor de 27 415 381,91 euros. Quanto à despesa ficou nos 80,1%, com os compromissos assumidos a atingir o valor de 25 319 344,94 euros e destes foram pagos (executados) 22 140 454,46 euros. A receita corrente teve uma execução de 100,5%, atingindo o valor de 19,58 milhões de euros, sendo a rubrica das transferências correntes a de maior destaque, atingindo 13,38 milhões de euros. No que diz respeito à receita de capital esta apresenta uma execução de 90,6% com um valor de 3,11 milhões de euros, e como nas receitas correntes, aqui são também as transferências, a rubrica com maior destaque, 3,06 milhões de euros. A execução da Despesa no ano de 2023 foi de 80,1% atingindo o valor executado de 22,14 milhões de euros. \_\_\_\_\_

A despesa corrente com uma execução de 85,8%, ou seja de 16,45 milhões de euros, reporta-se essencialmente à aquisição de bens e serviços no valor de 7,19 milhões euros, despesa com pessoal no montante de 6,04 milhões euros e transferências concedidas no valor de 2,93 milhões euros. A despesa de capital apresenta-se com uma execução na ordem dos 67,1 %, com o valor de 5,68 milhões de euros, sendo a rubrica de aquisição de bens de capital a de maior destaque





com um valor executado de 4,91 milhões de euros. Relativamente, ao Plano de Atividades Municipais(PAM), neste documento encontram-se inscritos os projetos considerados mais relevantes para atividade municipal, é essencialmente de natureza corrente, bem como as transferências corrente e capital e as amortizações relativas a empréstimos detidos pela autarquia. O Plano de Atividades Municipais(PAM) apresentou uma execução de 83,7%, ou seja 9,28 milhões de euros. Referir que as funções sociais absorveram a maior parte dos recursos que se situaram nos 5,38 milhões de euros. Quanto ao Plano Plurianual de Investimento (PPI) neste documento estão inscritos os projetos que dizem respeito à aquisição de bens de capital. Nestes termos, o Plano Plurianual de Investimento teve uma execução de 65,6%, ou seja, de 4,91 milhões de euros. Indica-se que as funções sociais tiveram uma execução de 2,63 milhões de euros. No que se refere, à dívida a Médio e Longo prazo do Município esta é de 2 258 762,23 euros, que correspondem a 1 939 109,66 euros a Empréstimos e 319 652,57 a locação financeira. Assim, a dívida total da autarquia situa-se presentemente, no valor de 3 628 831,42 euros, sendo a margem de endividamento do município para o ano de 2023 que era de 8 640 241,51 euros, passou para uma margem que se situa nos 5 011 410,09 euros. No respeitante às demonstrações financeiras elas são as seguintes:\_\_\_\_\_

- O total do património líquido é de 86 557 285,10 euros, as amortizações do exercício do ano 2023 foram de 5 772 259,48 euros, os resultados operacionais foram de 1 006 490,04 euros e o resultado líquido situou-se em 2 319 208,71 euros. Continuando, a Senhora Presidente da Câmara afirmou que isto quer dizer que entre custos e proveitos os resultados foram muito positivos no ano anterior, o que não deixa de ser um aspeto muito positivo para o município. Particularizando, há ainda a referir dentro das Grandes Opções do Plano e dentro das funções sociais, a despesa afeta ao pessoal das escolas, sendo que este se situa no dobro da rácio prevista, temos uma despesa na ordem de um milhão e trezentos e quarenta e dos mil euros a que acresce a quantia de cinquenta três mil euros para os técnicos, afetos às atividades de enriquecimento curricular do primeiro ciclo. As despesas com a Educação, representam cerca de um milhão e seiscentos mil euros em numero redondo e estão adstritos ao transporte, instalações, equipamentos e outros itens, que constam da página trinta do documento em análise. A receita transferida para o município, anda na ordem dos dois milhões e tal, sendo a diferença de valores assumidos pelo município. Por último, referiu que quanto às funções económicas apoiadas pela câmara, assume particular relevância neste documento, as importâncias que são transferidas para as associações de agricultura e pecuária, que andam à volta de quinhentos e noventa e quatro mil euros, e as transferências para as juntas de freguesia que rondam os dois milhões e novecentos mil euros. Referiu que, conforme acabou de apresentar, esta é a prestação de contas relativa ao ano que findou.\_\_\_\_\_

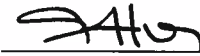
O senhor vereador da oposição Dr. José Rodrigues interveio e disse, não ter memória de a câmara ter tido no passado, receitas na ordem dos vinte e sete milhões de euros, como se registou no ano de dois mil e vinte e três, o que é, um valor assinalável. Por outro lado, a câmara





já atingiu um valor de seis milhões de euros em salários, o que não permite, um aumento de salários para os trabalhadores, melhorar as suas condições de vida e continuar a aumentar ao mesmo tempo, as verbas de investimento. Mas, esta é a realidade que existe no presente, e são dois factos assinaláveis, na sua opinião. Quanto às despesas, estas situam-se nos vinte e dois milhões euros, o que faz ficar o município, com um saldo na ordem dos cinco milhões de euros. Referiu que os custos com o rallycross, continuam a crescer, e verifica que no ano passado foram gastos, seiscentos e oitenta e dois mil euros com este desporto, que tem lugar na pista automóvel do Larouco e que é, um facto a registar negativamente, na opinião, dos vereadores da oposição. Fez ainda outra observação, quanto à taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) que consta do documento em análise, e que é de 65,63 %, sendo o PPI, o mapa onde genericamente, estão os investimentos físicos que o município faz e que são visíveis. Ora, como chamou à atenção, na reunião de vinte e um de dezembro do ano passado, nessa reunião, foram anuladas despesas e projetos no valor de um milhão, novecentos e sessenta mil euros, o que constitui, na sua opinião, um artifício, pois na realidade, demonstra que sem essa redução, a taxa de execução do PPI seria de 52,01%. Segundo as contas que efetuou, esta, é que é, a verdadeira taxa real, pois, é a taxa que as pessoas sentem no dia a dia, relativamente às obras que foram executadas. Assim, retirar obras artificialmente do PPI, para se conseguir uma taxa de execução mais alta, é um artifício, não corresponde na prática à realidade e as pessoas não tem as obras feitas. Por isso, a taxa de execução do PPI que devia constar do documento seria na ordem dos 52,01%, que é uma taxa francamente baixa, que não releva para o bem-estar das pessoas porque estas, não sentem as obras feitas. Deste modo, tudo isto, leva a que a oposição a concluir que esta, é uma câmara incapaz de fazer, de executar e de resolver os problemas das pessoas porque tem dinheiro no banco, e não o gasta para satisfazer os problemas dos munícipes. Referiu que, quer fazer uma última observação ao documento em análise, que na sua opinião reflete uma outra falha, a qual resulta das opções políticas tomadas por este executivo, pois se a oposição fosse poder, fariam de forma diferente. Acha, que as políticas de investimento e de captação de investimento, deviam ter mais peso na execução orçamental porque quando não se cria emprego e quando não se consegue fixar as pessoas, nomeadamente, jovens e casais jovens, não há nascimentos e a tendência a longo prazo será perda de população e território abandonado. Na opinião, dos vereadores da oposição, a forma de reverter essa situação, passa pela implementação de políticas de captação de emprego e investimento, às quais este executivo não dedica nenhuma verba e estas funções são de prioridade máxima.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que, as palavras do senhor vereador da oposição sobre a apresentação do relatório de prestação de contas, é mais do mesmo, tirando algumas expressões que usou e que são de caráter insultuoso. Afirmar como disse, por exemplo, "voltar ao PPI e retirar obras de execução é, enganar as pessoas," "é um artifício para aumentar a execução," ora, o senhor vereador não pode dizer isto, até pela formação académica que possui.



Não houve, artifício nenhum porque as obras estão compromissadas e tem o seu seguimento, não podem é, estar no Plano de 2023 se não forem concretizadas e devem passar para o Plano de 2024, ou seja, terão que transitar para o ano em curso, pois não se podem apagar simplesmente porque são obras, que estão cabimentadas e são para executar. Por outro lado, o senhor vereador ao dizer que, “ a taxa de execução é baixa, esta câmara é incapaz de fazer e tem dinheiro no banco,” até parece que é verdade, a quem o ouvir assim a falar, mas o senhor vereador, deve saber que uma coisa são as obras estarem cabimentadas, outra, é estarem compromissadas, o que quer dizer, que neste caso, já existe um contrato e as obras, terão de ser executadas, sob pena de se ter de pagar indemnizações. Estes, são conceitos que os senhores vereadores da oposição confundem. Por exemplo, com a pista automóvel de que tanto falam, há até este ano, um contrato que está compromissado e tem de ser honrado, porém para o ano, será outra coisa porque o contrato finda.

O senhor vereador Dr. José Rodrigues interrompeu a Senhora Presidente para dizer que, então o executivo, sempre vai fazer aquilo que reclamam há anos, que é não fazerem o mundial de rally cross, o que significa que a oposição está quase a ganhar esta causa.

A Senhora Presidente da Câmara retomou a palavra e reiterou que, os contratos são para se honrarem, sob pena de se ter de pagar indemnizações, caso se agisse de outra forma. Referiu ainda que, o atual executivo tem pensamento, projetos, alinhamento e programa político e vai continuar a trabalhar nessa consonância. Existem, cerca de vinte e cinco milhões em compromissos e em dotações não comprometidas, cerca de dois milhões e um superavit do mesmo valor, e é a verba que está disponível, e não os oito milhões como os vereadores da oposição falam porque o que sobra destes valores, está destinado às obras que estão compromissadas e que são para avançar. Referiu que dizer que tivemos sorte com a faturação da EHTB, empresa da qual o município tem participação, o mesmo não se pode afirmar em relação à execução das obras porque o tempo que se fez sentir neste inverno, não permitiu o avançar das obras tal como se queria. O que se deseja, é que as condições climáticas estabilizem para deixar avançar desenvolver tudo o que está já contratado. Por outro lado, o senhor vereador ao dizer que o documento aqui apresentado, revela falhas, que devia expressar a criação e emprego, pergunta então ao senhor vereador, como e onde concebe aumentar o emprego. Ora, quando este executivo fala que dá três milhões de euros de apoio às associações, como referiu há pouco, estes apoios são todos para a criação de emprego. É a câmara que apoia financeiramente a UCC, onde foram criados muitos empregos, assim como vai apoiar, a construção do CACI e Lar Residencial, aliás, já pagou o projeto de construção e isto significa criar emprego. Quando a câmara, apoia a agricultura e os eventos que se realizam no concelho, também está a propiciar a criação de emprego. Referiu que a câmara está aberta, a apoiar outros projetos que sejam sustentáveis, por exemplo, projetos na área agroalimentar, sejam para fazer queijo ou outros produtos, por isso, é que se vai construir um Centro de Recursos, para permitir que os nómadas digitais, possam vir para aqui trabalhar, sem estar na confusão e desgaste das



idades e isto, é também criar emprego. Tem a noção, de que os senhores vereadores da oposição nunca votarão a favor de um orçamento, que seja apresentado por este executivo, mas gostava também que não fossem sempre do “bota abaixo” dos projetos que este executivo apresenta, que lhes reconhecessem pelo menos algum mérito. Porém, convida os senhores vereadores da oposição, a trazerem aqui algum projeto que conheçam e que tenha sentido, seja sustentável para o concelho, pois garante que este executivo cá está para apoiá-lo. Disse ainda que o superavit que a câmara tem de dois milhões, são para apoiar qualquer investimento ou projeto que apareça, em qualquer altura do ano e que possa ser importante desenvolver, sem que para isso, a câmara tenha de recorrer à banca. Porém, para se alcançar esta folga financeira, senhor vereador, refere que este executivo, faz uma gestão responsável, transparente e séria. Aliás, o senhor vereador Dr. José Rodrigues só falou na taxa de execução do PPI, mas podia falar de outros números, como por exemplo os resultados líquidos que se alcançaram, mas isso não quis ver. Ainda há pouco, o senhor vereador solicitou, que lhe fosse dada informação de todos os projetos que estão quantificados para o Portugal 2030. Esta rubrica, já foi aberta o ano passado, mas só agora no dia 24 de abril, vão ser aprovados os projetos, e só lá para o fim de maio, irão sair os avisos para as candidaturas aos mesmos, ora, a câmara não poderá candidatar esses projetos, senhor vereador se não tiver verba disponível. Ao contrário do que o senhor vereador afirmou, o que deve interessar às pessoas, é ter verba compromissada e como disse, são cerca de cinco milhões euros previstos para que se possa fazer as obras. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Capela interveio para afirmar que “ter os cofres cheios,” é uma atitude do passado e que foi muito criticada pelos partidos da esquerda. O povo vive mal, não tem obras por parte da câmara, que sejam de relevo, mas, entretanto, há dinheiro no banco. Quando a Senhora Presidente fala de projetos, todos temos projetos, mas a execução é o que se vê, ou seja, está a cinquenta por cento. Olha-se para o concelho e vê-se que está a degradado, são ruas que são uma vergonha, ruas sem saneamento e a água, é o que é em muitos sítios. Em termos de criação de emprego, lembra o texto que a Senhora Presidente escreveu quando tomou posse como presidente e que referia a criação de emprego e captação de investimento. Porém, quanto à criação de emprego, a única situação que regista, é aquela em que a oposição exigiu nesta mesa que foi, fazerem-se as refeições escolares com mão de obra do município, o que originou a criação de onze postos de trabalho. Disse ainda que, a câmara não deve obrigar as pessoas a investir naquilo que querem que invista, não pode ser assim, as pessoas terão que investir, naquilo que tiverem capacidade para fazer e ter sucesso. Para que seja possível isso, terá que se lhes dar ferramentas e apoios, para depois deixá-las seguirem o seu caminho. Neste caso, referiu que a oposição faria diferente se fosse poder e por isso, distingue-se deste executivo porque daria as ferramentas e apoios para quem quisesse investir e fizesse as atividades que entendessem desenvolver melhor, desde que não prejudicassem o território. Falar do “cabimento” das obras como faz a Senhora Presidente, na




sua opinião, não faz sentido porque as pessoas não querem saber disso, não tem cabimento é antes ter o concelho da forma como está.

O senhor vereador Dr. José Rodrigues interveio para dizer que, retomando as palavras do vereador Capela, a atitude da câmara ao indicar que quem quer investir, deve fazer esta ou aquela atividade revela resquícios da prática da União Soviética, em que o Estado Central, definia tudo e as pessoas apenas executavam. Ora, agir assim não está correto, cada um faz aquilo que entender, na liberdade do mercado de concorrência, e nem todas as pessoas servem para empreendedores, contudo, isso só é possível saber-se depois de “meter mãos à obra.” Nesta matéria, o que se tem de se fazer é, dar apoio às pessoas que queiram empreender. Lembrou que o município no ano de 2023, gastou vinte e dois milhões de euros e mau seria, que este facto, não tivesse originado algum posto de trabalho, ainda que o executivo não tivesse esse objetivo, como um resultado expectável. Quando a oposição fala de criação de emprego, fá-lo no sentido privado, ou seja, de captação de empresas com alguma dimensão. Fez algumas contas, no âmbito do programa eleitoral do Partido Social Democrata e pode afirmar que no concelho, não há dez empresas que tenham mais de dez postos de trabalho. Assim sendo, e apesar das empresas mais pequenas merecerem todo o respeito e, ainda que se fale da criação de um só posto de trabalho, isso é bom, mas falta no concelho a criação de um tecido empresarial e sem isto, não se vai a lado nenhum. Há poucas empresas e por isso, continua a haver falta de massa crítica. Quanto à questão do saldo de gerência, e o facto deste executivo ter um terço das suas receitas paradas no banco, refere que não conhece nenhum município do país que tenha uma situação idêntica, o que revela má gestão e compete à Senhora Presidente da Câmara, procurar solução para esta situação e resolvê-la. Se a oposição estivesse no poder, garante que procuravam uma solução técnica e política para resolver isso. Referiu que, na sua opinião, deve existir em relação a esta matéria, alguma coisa mal explicada porque não há na lei, ou se há, então está mal feita, que obrigue uma entidade, a ter um terço da sua receita parada porque, isso é, irracional. No que diz respeito aos projetos de que a Senhora Presidente falou, apraz-lhe dizer, que muitos deles já deviam estar feitos, como é o caso do Multifunções de Salto, que está em projeto desde 200, e entretanto as pessoas, não beneficiam dele e as crianças continuam a treinar ao frio e à geadas, enquanto a câmara, tem no banco oito milhões de euros parados e isto não está correto.

A Senhora Presidente respondeu que, os senhores vereadores da oposição não saem do registo dos “cofres cheios.” Não conseguem perceber, que há cinco milhões de euros compromissados para obras, que é o mesmo que dizer, que estão já contratualizados e não se pode mexer nessa verba. Referiu que, gostou de ouvir o senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmar que “tudo isto está mal explicado,” então, quer dizer-lhe que, estando agora no poder um governo do seu partido político, use as suas influências para que mude estas regras que temos de cumprir porque são regras orçamentais. Por sua vez, o senhor vereador Dr. Capela, afirmou que “não há obras de relevo” que “o concelho está uma desgraça”, então senhor vereador, se o concelho está assim





tão mal, aconselha-o a visitar os concelhos vizinhos, mas não os centros, vá apenas às aldeias e observe o que se passa. Disse que, o senhor vereador Capela refere que a câmara não contribuiu para a criação de nenhum emprego, mas lembra então que já era a câmara que pagava os salários das trabalhadoras, agora colocadas nas cantinas quando tinha a aquisição dos serviços das refeições contratualizadas com uma empresa. Mais, ainda que não seja diretamente, também contribui com os apoios financeiros que dá à UCC e ao Lar, para por exemplo, estas instituições pagarem os empregos que sustentam e criarem novos empregos. Referem os senhores vereadores da oposição que o que querem é emprego privado, mas não devemos dizer às pessoas o que devem fazer, ora, este executivo não diz, o que as pessoas devem fazer, o que nos limitamos a fazer é, o diagnóstico do concelho para percebermos os recursos que temos e para onde vamos. Dizem também os senhores vereadores que querem empresas grandes, no concelho, mas que só deixamos ir para o loteamento, se forem investimentos relativos ao fumeiro, também neste aspeto estão enganados porque os loteamentos industriais, têm regulamentos e normas específicas. Ao contrário, do que afirmam são as pessoas, que se dirigem à câmara para apresentar o tipo de atividade que querem desenvolver e por isso, é que as empresas estão nos loteamentos industriais, desenvolvem atividades diferenciadas. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. Capela perguntou que apoios dá a câmara, a essas pessoas que querem desenvolver as suas atividades nos loteamentos industriais. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que desde logo, tem lotes com as infraestruturas executadas, o que por si é já um apoio e depois há gabinetes na câmara que podem apoiar as pessoas para que estas possam desenvolver as suas atividades. Por último, e só para finalizar, referiu que já a tinham acusado de tudo, mas “de manter tiques soviéticos” foi a primeira vez, o que é inconcebível nos tempos que correm, mas pede ao senhor vereador Dr. José Rodrigues que em vez de pensar desse modo, celebre antes o vinte e cinco de abril que está prestes a fazer o seu cinquentenário. \_\_\_\_\_

O senhor vereador do Partido Socialista Manuel António Fernandes interveio para dizer que parabeniza a câmara pelo bom equilíbrio orçamental que tem e pela boa execução da receita, que valoriza o território e as associações locais. Por outro lado, dinamizando as iniciativas locais a câmara acrescenta valor às localidades e cria emprego. Finalizando, deixou também os parabéns a todos os serviços e divisões da câmara que planeiam e tornam possíveis os bons resultados alcançados e que estão espelhados no Relatório de Contas aqui em aprovação. \_\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO:** A câmara municipal deliberou por maioria, com quatro votos a favor e três votos de abstenção dos senhores dos vereadores do Partido Social Democrata, aprovar o Relatório de Atividades e a Prestação de Contas, documentos estes relativos ao ano económico de dois mil e vinte e três. \_\_\_\_\_





Este assunto deverá ser agendado à próxima sessão do órgão deliberativo, para apreciação e votação nos termos da alínea j) do n.º 1, do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e posteriormente remetido ao Tribunal de Contas e DGAL. \_\_\_\_\_

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos. \_\_\_\_\_

**3.8. ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ANO 2024, SEGUNDA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA E PRIMEIRA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA, SEGUNDA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLNO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS, SEGUNDA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.** \_\_\_\_\_

Foi presente, para aprovação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe a alteração aos documentos previsionais relativos ao ano de 2024, consubstanciados na segunda alteração modificativa ao Orçamento da Receita, primeira alteração modificativa ao orçamento da despesa, segunda alteração ao Plano Plurianual de Atividades Municipais e ao Plano Plurianual de Investimentos, cujo teor se dá aqui como integrado e reproduzido para os devidos efeitos legais. Estes documentos depois de aprovados pelo órgão executivo, devem posteriormente serem submetidos à aprovação do órgão deliberativo de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

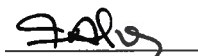
*Estes documentos cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos e ficam anexos ao maço de documentos desta ata sob a forma de docs. n.ºs 11, 12, 13, 14 e 15.* \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara deu a palavra à Chefe da Divisão de Finanças presente na reunião para que explicasse esta primeira alteração aos documentos previsionais. \_\_\_\_\_

A senhora Chefe da Divisão de Finanças Dra. Maria José Baía referiu que, esta primeira alteração ao Orçamento de 2024 tem como principal objetivo, fazer a integração do saldo de gerência anterior nos documentos previsionais. Seguidamente, colocou-se à disposição dos senhores vereadores presentes na reunião para esclarecer qualquer questão que tivessem por pertinente, relativa aos documentos em aprovação. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que no âmbito desta alteração aos documentos previsionais para o ano de 2024, ia colocar algumas questões. Começou por referir que em relação ao projeto do Posto da GNR, verifica que há uma redução de verba em noventa e nove mil euros para o ano de 2025, pensa que no ano em curso, apenas existe mil euros nesta rubrica. Pergunta, se isto significa que as obras foram adiadas por mais um ano ou foram abandonadas. A Senhora Presidente da Câmara respondeu que não se trata disso. Este, foi um projeto articulado com o MAI, em que a câmara fez o projeto e enviou-o para aquele ministério, por sua vez, foram propostas alterações que foram satisfeitas e ainda hoje, como esteve cá o Comando de Vila Real, foi perguntado ao Senhor Comandante o que se passava com o projeto e pelos vistos, está em falta um parecer e logo que este seja dado, as obras começam de imediato. \_\_\_\_\_

O senhor vereador afirmou que em relação ao Canil Municipal verifica que existe também uma redução de cento e cinquenta mil para cem mil euros, quer saber o que se passa com este projeto. \_\_\_\_\_



A senhora Chefe da Divisão de Finanças respondeu a esta questão e referiu que como esta obra ainda não foi lançada, e vai demorar ainda algum tempo, os cento e cinquenta mil euros que estavam previstos nesta rubrica, foram reduzidos para cem mil euros e o restante foi para o ano seguinte, mas a obra é para ser executada. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara referiu que, o projeto do Canil Municipal atualmente está CCDRN para que esta entidade emita um parecer que é obrigatório, no âmbito da compensação de terreno que foi necessário fazer, por causa da questão da área florestal, como já tinha esclarecido em anteriores reuniões. Deste modo, e logo que venha o parecer, a obra é para começar. \_\_\_\_\_

O senhor vereador afirmou que na Creche de Salto, verifica que existe uma redução para o ano de 2025 na ordem dos quinhentos mil euros, pergunta o que significa esta alteração. \_\_\_\_\_

A Senhora Chefe da Divisão de Finanças esclareceu que a verba foi necessária afetá-la a uma escola e como esta rubrica, não vai ser de gasto para o município, mas sim de transferência porque neste caso, o município apenas irá ser promotor da obra, fez-se esta alteração. \_\_\_\_\_

O senhor vereador referiu ainda que na rubrica "arranjos urbanísticos em Montalegre" passou de duzentos e cinquenta mil euros para um milhão e cinquenta mil euros. Quer saber quais as obras que estão contempladas neste valor. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara, referiu que estão englobadas por exemplo, as obras de requalificação da Avenida Nuno Alvares Pereira, o Parque do Cávado e a segunda fase dos passeios e pavimentação da estrada para o Senhor da Piedade. \_\_\_\_\_

Disse ainda o senhor vereador que verifica, que a verba afeta ao SIPAM prevista com duzentos e quinze mil euros, foi alterada para setecentos e sessenta e cinco mil euros. Pergunta qual é o ponto de situação relativamente a esta obra. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, se vai lançar um novo concurso para executar esta obra. Por outro lado, aguarda-se também que a CCDR faça o enquadramento desta obra que não foi concluída, tal como aconteceu com muitas outras em vários municípios e possa ser incluída no próximo PROVER. Informou ainda que o município, vai adquirir os restantes edifícios que fazem parte do Centro de Formação Agrícola da Aldeia Nova do Barroso, onde está a ser construído o projeto SIPAM. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues interveio para referir que, quer deixar aqui uma nota, a qual consiste em que se verifica por estes documentos que a câmara está a fazer a aplicação de cinco milhões de euros, mas, como referiu há pouco, nada vai para os apoios diretos à criação de emprego, nem para o fortalecimento do tecido empresarial. Sabe que, não existem soluções milagrosas, mas seria importante acautelar a criação de emprego para revitalizar, rejuvenescer e criar futuro para o concelho, porém observa que nestes setores a câmara investe zero. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara argumentou que do que se está aqui a falar é de investimento, quanto ao sector privado e tecido empresarial, a câmara poderá conceder outras formas de apoio porque neste âmbito do investimento, não pode. \_\_\_\_\_



O senhor vereador Dr. Capela perguntou se a Senhora Presidente quis dizer que “não pode,” ou “não quer.” \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que a câmara não pode. Por outro lado, no âmbito do diagnóstico do concelho, há áreas prioritárias como sejam, a agricultura, a pecuária, a indústria agroalimentar, serviços ligados à parte social. Porém, a câmara está sempre disponível para ajudar todas as pessoas, que quiserem fazer candidaturas para desenvolver os seus projetos e atividades, ou seja, para saberem onde podem ir buscar mais valias. Outra forma de apoiar o setor privado e que a câmara faz, é por exemplo, ter os parques industriais ao serviço das pessoas os quais pretende alargar seja o de Salto, seja o de Montalegre. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou por último que, não põe em causa nenhuma das obras que constam dos documentos, mas há que fazer uma gestão equilibrada das coisas, há prioridades que deviam constar do documento em análise e não constam, como é o caso dos apoios ao sector privado e às empresas, nesta medida, a oposição vai abster-se na votação deste assunto. \_\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO:** A câmara municipal, deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e três abstenções dos senhores vereadores da oposição, aprovar a alteração aos documentos previsionais relativos ao ano de 2024, consubstanciados na segunda alteração modificativa ao Orçamento da Receita, na primeira alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, segunda alteração ao Plano Plurianual de Atividades Municipais e ao Plano Plurianual de Investimentos. À Divisão Administrativa para remeter o presente assunto à Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos. \_\_\_\_\_

**3.9. CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO NOS SUBSÍDIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DO SAAS, PARA O ANO 2024 – PROPOSTA.** \_\_\_\_\_

Foi presente, para aprovação do executivo municipal, a constituição de Fundo De Maneio nos subsídios Eventuais atribuir no âmbito do SAAS/2024, de acordo com a informação da Chefe da Divisão de Finanças Dra. Maria José Baía, a qual se dá aqui por integrada e reproduzida para os devidos efeitos legais. Sobre esta informação, foi exarado despacho da Senhora Presidente da Câmara datado de 15.04.2024 que refere: “Deferido nos termos da informação técnica.” \_\_\_\_\_  
*Este documento vai ficar anexo ao maço dos documentos como doc. n.º16.* \_\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO:** A câmara municipal, deliberou, por unanimidade, a constituição do Fundo de Maneio no âmbito dos subsídios Eventuais a atribuir pelo SAAS. \_\_\_\_\_

À Divisão Socio Cultural e Educação para os devidos efeitos. \_\_\_\_\_

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos. \_\_\_\_\_

IX

**ATIVIDADE REGULAMENTAR**

IX

**ATIVIDADE REGULAMENTAR**

X



**DIVERSOS**

**3.10. FORMALIZAÇÃO DA CEDÊNCIA A TÍTULO GRATUITO DA FRAÇÃO "A", DO PRÉDIO CONSTITUÍDO EM PROPRIEDADE HORIZONTAL, SITO NA BORRALHA - BAIRRO NOVO, FREGUESIA DE SALTO, MONTALEGRE A FAVOR DE LEOPOLDINA GONÇALVES PEREIRA – PROPOSTA.** \_\_\_\_\_

Foi presente, para aprovação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma informação da Chefe da Divisão Administrativa a qual para os devidos efeitos se transcreve: \_\_\_\_\_

“Requerente: Isabel Maria Vides Pinto Carvalho, casada, residente no Bairro Novo, Rua do Polvorinho, n.º13, 5470 – 407 Salto. \_\_\_\_\_

Assunto: Formalização da cedência a título gratuito da fração “A”, do prédio constituído em propriedade horizontal, sito na Borralha - Bairro Novo, freguesia de Salto, Montalegre a favor de Leopoldina Gonçalves Pereira, casada, com o CC 07157418 2 ZX1, NIF – 139857753 e residente no Bairro Novo, freguesia de Salto. \_\_\_\_\_

Informação \_\_\_\_\_

Enquadramento dos factos: \_\_\_\_\_

Considerando que o município de Montalegre cedeu há mais de vinte anos, um conjunto de habitações sitas no lugar da Borralha, em Salto, aos trabalhadores e seus descendentes que trabalharam nas Minas da Borralha e que aí residiam de forma permanente; \_\_\_\_\_

Considerando que essas habitações foram degradando-se e os seus possuidores aos poucos investiram e recuperaram essas habitações de modo que algumas adquiriram novas tipologias e características; \_\_\_\_\_

Considerando que o município foi, de forma gradual, constituindo esses prédios no regime de propriedade horizontal, fazendo as respetivas escrituras públicas de cedência gratuita das frações em que essas habitações foram transformadas, que anteriormente por auto de cessão e deliberação de câmara ocorrida em doze de junho de dois mil e um, foram transferidas para a posse dos trabalhadores das minas que aí têm até hoje, a sua morada de família; \_\_\_\_\_

Considerando que em 05/07/2001, a câmara cedeu gratuitamente por auto de cessão a casa sita na no Bairro Novo da Borralha identificada como casa n.º115 e 116, à Senhora Lúcia de Jesus Lourenço, ao tempo viúva, conforme o auto de cessão que se junta, como doc.n.º1; \_\_\_\_\_

Considerando que a cessionária habitou a referida casa de habitação e dela cuidou até falecer, sem que o Município tivesse efetuado a formalização atempada e em vida da escritura de doação para cessionária – Lúcia de Jesus Lourenço; \_\_\_\_\_

Considerando que a cessionária já falecida, teve sempre a intenção de doar a casa que lhe foi cedida à pessoa que lhe prestasse assistência e dela cuidasse até à sua morte, porque a única filha que tinha, morou sempre longe e não lhe podia prestar no dia a dia auxílio, sendo que foi a Senhora Leopoldina Gonçalves Pereira, quem dela sempre cuidou e se ocupou e veio sempre a cuidar da referida habitação; \_\_\_\_\_





Considerando que a única filha e herdeira da cessionária, Isabel Maria Vides Pinto Carvalho e marido Virgílio Fernando Lopes Carvalho, por escrito particular, junto ao requerimento que apresentou, veio reafirmar a vontade da sua falecida mãe, ver doc. n.º 2; \_\_\_\_\_

Considerando que mercê da constituição em propriedade horizontal do referido prédio, a casa cedida à *de cujos*, identificada como casa de habitação n.º115 e 116, corresponde atualmente à fração inscrita na matriz sob o artigo 1986- A e está descrita na conservatória do registo predial a favor do município de Montalegre sob o n.º222, com o valor patrimonial atribuído de 8.860,00€, uma área de implantação de 226 m2 e com as seguintes confrontações: Norte, Sul, Nascente e Poente com – arruamento público, encontrando-se assim pronta para a formalização da escritura de doação; \_\_\_\_\_

Considerando que após o falecimento da cessionária, a Senhora Leopoldina Machado Gonçalves Pereira é a pessoa que continua a cuidar da referida habitação, praticando atos de conservação e melhoria dessa habitação; \_\_\_\_\_

Considerando que a aqui requerente, filha da cessionária falecida, veio através de requerimento com a entrada n.º1730/24 de dezoito de março do ano em curso, solicitar a formalização da mencionada escritura de doação para a Senhora Leopoldina Machado Pereira, no respeito da decisão tomada pela sua mãe, a qual verbalmente tinha efetuado a doação dessa habitação à sua cuidadora, como já se referiu e apenas não houve formalização dessa vontade porque o da parte do município ainda não tinha regularizado esse património; \_\_\_\_\_

Considerando que a requerente Senhora Isabel Maria Vides Pinto Carvalho é a única herdeira, da cessionária e como referiu no documento número dois, anexo ao requerimento, quer manter a vontade da sua falecida mãe e não pretende ficar, por herança com a referida fração, reconhecendo a doação verbal por aquela efetuada; \_\_\_\_\_

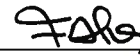
Considerando que atualmente, tendo o município já constituído o mencionado prédio em regime de propriedade horizontal, todos os requisitos formais e jurídicos estão reunidos para que a fração em causa seja transmitida a título definitivo, celebrando-se a respetiva escritura pública. Propõe-se: \_\_\_\_\_

1 – Que seja deliberado pelo executivo municipal a cedência gratuita e a respetiva formalização da escritura pública definitiva da casa de habitação n.º115 e 116, que corresponde atualmente à fração inscrita na matriz sob o artigo 1986- A e descrita na conservatória do registo predial a favor do município de Montalegre sob o n.º222, com o valor patrimonial atribuído de 8.860,00€, uma área de implantação de 226 m2 e com as seguintes confrontações: Norte, Sul, Nascente e Poente com – arruamento público, a favor de Leopoldina Machado Gonçalves Pereira; \_\_\_\_\_

2 – Que, da mesma forma, seja legitimada a Senhora Presidente da Câmara, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, ou quem legalmente a substituir, a representar o município na outorga da referida escritura pública de doação, nos termos da alínea a), do n.º1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º75/2013 de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

Anexa-se: certidão matricial, declaração e auto de cessão. \_\_\_\_\_





Paços do Município, Montalegre, 8 de março de 2024. A Chefe da Divisão Administrativa, Maria Fernanda Dinis Moreira.”

Sobre esta informação, foi exarado um despacho da Senhora Presidente da Câmara que refere:”  
À reunião de Câmara.”

*Estes documentos ficam arquivados no maço de documentos desta ata sob a forma de docs. n.ºs 17 e 18.*

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a cedência gratuita e a respetiva formalização da escritura pública definitiva da casa de habitação n.º115 e 116, que corresponde atualmente à fração inscrita na matriz sob o artigo 1986-A, descrita na conservatória do registo predial a favor do município de Montalegre sob o n.º222, com o valor patrimonial atribuído de 8.860,00€, uma área de implantação de 226 m2 e com as seguintes confrontações: Norte, Sul, Nascente e Poente com – arruamento público, a favor de Leopoldina Machado Gonçalves Pereira. Deliberou ainda, legitimar a Senhora Presidente da Câmara, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, ou quem legalmente a substituir, a representar o município na outorga da referida escritura pública de doação, nos termos da alínea a), do n.º1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º75/2013 de 12 de setembro.

À Divisão Administrativa para os devidos efeitos.

**3.11. APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE PARCERIA A OUTORGAR ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E APFTFB - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE FUMEIRO DA TERRA FRIA BARROSÃ – PROPOSTA.**

Foi presente, para aprovação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma proposta subscrita pela Senhora presidente da Câmara e datada de 09.04.2024 à qual se encontra anexo o Protocolo de Parceria a outorgar entre o Município e a APFTFB, a qual para os devidos efeitos se transcreve.

“PROPOSTA – abril 2024

Assunto: Aprovação do Protocolo de Parceria a outorgar entre o Município de Montalegre e APFTFB – Associação de Produtores de Fumeiro da Terra Fria Barrosã.

Considerando que:

1- Os Municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos domínios da educação, do património, cultura e ciência, bem como na promoção do desenvolvimento, conforme referem as alíneas d), e) e m) do n.º2 do artigo 23.º da Lei n.º75/2013 de 12/09;

2- Compete à câmara municipal, no âmbito do apoio a atividades de natureza social, cultural e educativa, com interesse para o município, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos existentes, nos termos das alíneas o) e u) do n.º1 do artigo 33.º do supra citado diploma legal;

3- O presente Protocolo a celebrar com a APFTFB – Associação de Produtores de Fumeiro da Terra Fria Barrosã, visa uma cooperação com o município, com o objetivo de otimização de recursos humanos e materiais, aprofundamento do trabalho em rede e de proximidade, com vista a incrementar o aumento da qualificação e desenvolver competências no âmbito das necessidades verificadas na formação dos agentes do setor agrícola, contribuindo para o reforço



da empregabilidade e progressão profissional, sobretudo para quem possui habilitações iguais ou inferiores ao nível 3 do QNQ; \_\_\_\_\_

4- Que esta associação vem desenvolvendo um papel importante ao nível da formação junto dos produtores de fumeiro e ainda de captação de público jovem para este setor, cuja a expressão máxima ocorre anualmente com a realização pelo Município da Feira do Fumeiro. \_\_\_\_\_

Propõe-se: \_\_\_\_\_

Que a câmara delibere ao abrigo da alínea o) conjugada com a alínea u) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º75/2013 de 12/09, que aprove a celebração do Protocolo de Parceria a outorgar entre o Município de Montalegre e APFTFB – Associação de Produtores de Fumeiro da Terra Fria Barrosã, que se anexa à presente proposta e para os devidos efeitos se dá aqui por reproduzido. \_\_\_\_\_

Montalegre, 09 de abril de 2024. A Presidente da Câmara- Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves.” \_\_\_\_\_

*Esta proposta e o documento ficam arquivados no maço de documentos desta ata como docs. n.ºs 19 e 20.*

**DELIBERAÇÃO:** A câmara municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a celebração do Protocolo de Parceria entre o Município de Montalegre e APFTFB – Associação de Produtores de Fumeiro da Terra Fria Barrosã, abrigo da alínea o) conjugada com a alínea u) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º75/2013 de 12/09. \_\_\_\_\_

Ao Gabinete de Apoio à Presidência para os devidos efeitos. \_\_\_\_\_

**3.12. AUMENTO DOS APOIOS AO NASCIMENTO DE VITELOS NO CONCELHO – PROPOSTA APRESENTADA PELOS VEREADORES DO PSD.** \_\_\_\_\_

Foi presente, para apreciação do executivo municipal, uma proposta elaborada pelos senhores vereadores do Partido Social Democrata sobre o aumento dos apoios ao nascimentos de vitelos no concelho, a qual para os devidos efeitos se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

“Exma. Sr.ª Presidente da Câmara - Prof.ª Fátima Fernandes, \_\_\_\_\_

Os vereadores do PSD, abaixo assinados, eleitos nas listas da Coligação “TODOS POR BARROSO”, vêm propor que o Município aumente os apoios aos nossos criadores de gado bovino e passe a apoiar cada nascimento com os seguintes valores: \_\_\_\_\_

- Vitelos Cruzados: 60€ \_\_\_\_\_

- Vitelos de raça barrosã: 120€ \_\_\_\_\_

Em primeiro lugar, esta medida justifica-se pela redução da rentabilidade das explorações agrícolas, que resulta do aumento dos custos de produção (sementes, rações, adubos, combustíveis, maquinaria agrícola, ...) no período pós-COVID, que não foi compensada pelos preços de venda. Aliás, esta proposta surge no seguimento doutra que apresentámos anteriormente, na reunião de Câmara de 07.04.2022. \_\_\_\_\_

Em segundo lugar, esta proposta surge no seguimento das reclamações que nos têm chegado dos próprios agricultores, preocupados com a subsistência das suas explorações, bem como



duma sugestão que a Direção da COOPBARROSO fez ao PSD Montalegre numa reunião de trabalho em 17.10.2023. \_\_\_\_\_

De acordo com as nossas estimativas, esta alteração nos apoios aos agricultores terá custos adicionais de cerca de 500.000€ por ano. Trata-se de uma verba significativa. No entanto, parece-nos que o Município pode suportar este novo custo. \_\_\_\_\_

O que não acreditamos é que esta proposta resolva todos os problemas do setor. Esta é uma medida que minimiza problemas, mas não os resolve. Na nossa opinião, o futuro só estará garantido se conseguirmos pôr em prática um projeto de comercialização da nossa carne que aumente significativamente o preço pago ao produtor e faça justiça à sua qualidade. E esse é um grande desafio para o futuro. \_\_\_\_\_

Montalegre, 9 de abril de 2024. José de Moura Rodrigues - José Fernando Capela - Sandra Manuela Justo Alves Sousa." \_\_\_\_\_

*Este documento fica arquivado no maço de documentos desta ata sob a forma de doc. n.º21. \_\_\_\_\_*

O senhor vereador Dr. José Rodrigues fez a apresentação da proposta transcrita em supra, referindo que esta, vêm na sequência de uma anterior proposta apresentada em 7.04.2022, em que propunham a atribuição de um subsídio de caráter temporário, aos produtores agropecuários do concelho, devido ao aumento de custos de produção, na era pós Covid. Confrontaram os comerciantes relativamente aos fatores de produção agropecuários nomeadamente, ao nível do custo dos cereais, que desde janeiro de 2020 a janeiro de 2022, registaram subidas quase sempre na ordem acima de sessenta por cento, nas rações entre trinta a quarenta por cento e nos adubos entre cem a cento e cinquenta por cento, não falando da maquinaria que também sofreu aumentos. Deste modo, os custos de produção aumentaram muito e como já tinham as contas feitas, decidiram apresentar e divulgar esta proposta, logo que tiveram conhecimento da reunião marcada com os agricultores, no sentido de lhes prestar apoio. A proposta que apresentam é clara, propõe a atribuição de um apoio para os vitelos de cruzado de sessenta euros e de cento e vinte euros para cada vitelo Barrosão, que configura uma atualização do preço que relativamente a estes últimos, a câmara já paga. Declarou que, na opinião dos vereadores da oposição, esta proposta poderá entrar em vigor no ano em curso, porque como se acabou de ver, pelas contas apresentadas no ponto anterior, a câmara tem dinheiro suficiente para isso, tem oito milhões em caixa neste momento. Deste modo, com as informações que dispõe e com a responsabilidade que lhes cabe, parece-lhes que esta é a melhor proposta e a mais equilibrada, que admitem, contudo, alterar se lhes forem fornecidos mais dados ou lhes for apresentada uma contraproposta. Porém, deixa aqui claro, que é convicção dos vereadores da oposição que os problemas dos agricultores, e em particular dos produtores agropecuários, não se resolvem com mais um subsídio. O que se trata aqui é, de conceder mais uma ajuda para os problemas que existem nesta área, é um apoio imediato, pois os problemas dos produtores agropecuários, só se resolvem com um projeto de fundo, bem sucedido, e sabe que já ideias para fazer isso, apesar de ser tarefa complexa e difícil de alcançar. Por isso, deseja sorte a quem vai desenvolver esse



trabalho porque só assim, se conseguirá alcançar bons resultados e dar sustentabilidade às explorações agropecuárias do concelho. Sabe que os baldios são importantes, o preço da comercialização da carne é fundamental e poder-se-á dizer que, sessenta euros por vitelo cruzado não é, muito dinheiro, mas, se o município aumentar o apoio aos agricultores de quinhentos mil euros para um milhão e sabendo, que tem que se ter atenção a estes investimentos porque, como se viu há pouco, em salários o município despende mensalmente de trezentos mil euros, que tem forçosamente de ser pagos, mas, a responsabilidade da oposição vai até aí. Contudo, se o município duplicar o apoio aos agricultores para um milhão de euros o que representa quatro por cento do orçamento municipal, é já um feito muito importante. No executivo anterior, alguém afirmou aqui, que a câmara tinha uma disponibilidade para investimento, isto sem os montantes já consignados, no valor de três a quatro milhões de euros e tomando isso como verdadeiro, apenas se está a tirar quinhentos mil euros da capacidade de investimento do município, e não será pelos vereadores do Partido Social Democrata que esta duplicação do apoio aos agricultores, não chegará a bom porto. Por último, referiu que a proposta apresentada é aquela que defendem e vão manter, apesar de admitirem ser debatida com o executivo e com os agricultores, mas parece-lhes neste momento, ser a melhor proposta e por isso vão votá-la favoravelmente.

A Senhora Presidente da Câmara em resposta à intervenção do senhor vereador da oposição, referiu que, na proposta em discussão, refere-se o seguinte: "esta proposta surge no seguimento doutra apresentada na reunião de 07.04.2022, de carácter temporário no âmbito dos aumentos de custos das rações, cereais e adubos." Disse que, os senhores vereadores da oposição, afirmam também, que fizeram a proposta quando, tiveram conhecimento da reunião da câmara com os agricultores, ou seja, desconhecem e ignoram que antes da câmara fazer a reunião com os agricultores que hoje aconteceu, já tinham existido outras, não em grupo alargado, mas com dois ou três agricultores, a quem a câmara deu nota, da sua posição sobre este assunto. Deste modo, concluiu que os senhores vereadores da oposição, andam sempre a "reboque" dos acontecimentos, pois há uns tempos atrás, eram as escolas a arma de arremesso contra a câmara, depois, eram as minas e agora verifica que são os agricultores, por isso, lamenta que assim seja. Isto, vêm no seguimento do que se disse há pouco, de que a câmara tem que apoiar os empreendimentos privados, mas não fazer fumeiro, porque como sabem os senhores vereadores, as empresas familiares agroalimentares, nomeadamente, as cozinhas de fumeiro, tem sido um sucesso e uma fonte de rendimento muito significativa, o que se espera é que continuem, e agrada a esta câmara que cada vez mais, haja mais produtores e a produzir cada vez mais, este é o caminho a seguir. Quando chegar a vez do centeio, a câmara apoiará também e como sabem a batata tem esgotado, por isso a câmara, está disponível para apoiar todos estes investimentos, concedendo liberdade às pessoas para escolherem o que que querem fazer, fazendo o sempre o diagnóstico que tem de ser feito, de acordo com a perspectiva que há para o concelho, com toda a seriedade e respeito. Referem os senhores vereadores que a proposta





apresentada, “é equilibrada e se nos forem dados os dados para isso...,” então, isto quer dizer que, elaboraram a proposta, sem terem os dados para tal, o que faz pensar, que estão a “desmerecer” desde já esta vossa proposta. Quando olha para a proposta, apenas consegue ver dois elementos objetivos, que são os sessenta euros para os vitelos cruzados e cento e vinte euros para os vitelos de traça barrosã. Por isso, pergunta, quais os critérios que os senhores vereadores da oposição usaram para elaborar esta proposta. Basearam-se em quê para obter os valores que aqui apresentam, ou seja, estes derivam do custo da produção ou fizeram um estudo de rentabilidade que se pode obter de um vitelo cruzado ou barrosão, ou, é daquilo que o produtor gasta até levar os animais ao ponto da comercialização. Ora, olhando para a proposta, nada disso está lá espelhado. Refere ainda a proposta, o seguinte: “esta proposta surge no seguimento das reclamações que nos tem chegado dos próprios agricultores, preocupados com a subsistência das sua explorações...” ora, a Coopbarroso, é parceira da câmara municipal e tem apontado as dificuldades dos agricultores, mas não apresentou sugestões quanto a valores, porque não estamos a falar de pessoas irresponsáveis, que sabem que as coisas não se tratam assim de forma tão simples. Está escrito nesta proposta em análise proposta que passa a citar: “De acordo com as nossas estimativas, esta alteração nos apoios aos agricultores terá custos adicionais de cerca de 500.000€ por ano,” mas se não está quantificado o numero de vitelos cruzados e da raça barrosã, não sabem quantos são, porque ainda por cima referem “se nos forem dados os dados para isso.” Porém, senhores vereadores esses dados têm de serem procurados porque a câmara também não os conhece e só tem deles conhecimento quando os pede, responsabilmente é, assim que se faz. Afirmou que os senhores vereadores da oposição, vêm para as reuniões de câmara, pedem todos os documentos, mas depois esquecem-se dos pormenores. A Coopbarroso tem uma OPP e distribui os apoios financeiros aos agricultores que a câmara concede e faz um relatório anual sobre as verbas concedidas e nesse sentido se pagamos a sanidade animal, sabemos quantos vitelos cruzados e de raça barrosã existem porque pagamos os nascimentos.

O senhor vereador Dr. José Rodrigues perguntou se nesse número se incluiu os agricultores a quem não se paga a sanidade porque a fazem noutra OPP.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que inclui esses também. Referiu ainda que, se esses agricultores quiserem aceder, aos apoios que a câmara dá nesta área, a condição é que se inscrevam na OPP que existe no concelho, e no sua opinião, gostava que todos os agricultores dessem força à cooperativa, cuja a direção, é eleita diretamente pelos agricultores que depois tem todo o direito como inscritos de irem às Assembleias Gerais e apresentarem os seus problemas para que esta os resolva.

O senhor vereador Dr. José Rodrigues disse que os agricultores que estão inscritos nesta OPP podem e devem fazê-lo, mas quem assim não entenda, pode fazer a sanidade animal fora.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, é claro que podem fazer a sanidade fora, mas sujeitam-se às regras estipuladas para a atribuição dos apoios, porém, pessoalmente gostava



que as verbas pagas pela sanidade ficassem cá na terra, mas os agricultores, possuem essa liberdade de escolha. Continuando a escalpelizar a proposta apresentada pelos senhores vereadores da oposição, a Senhora Presidente referiu que na mesma está inserto o seguinte: "No entanto parece-nos que o Município pode suportar este novo custo," e "O que não acreditamos é que esta proposta resolva todos os problemas do setor," ora, esta última frase parece um desmerecimento de toda a proposta que os senhores vereadores formulam, mas mesmo assim, não se coibiram de a fazer. Porém, dois dos senhores vereadores da oposição e subscritores da proposta, são por formação académica, da área de gestão e economia e devem ter consciência de que propostas destas, não se fazem a meio do ano. Aliás, não é depois de termos um orçamento aprovado que se vai fazer um aumento da despesa, pois, como devem saber, há uma regra a que se tem de obedecer e se chama, "equilíbrio orçamental" e a despesa tem de estar coberta pela receita. Por outro lado, há contratos ativos que neste momento não se podem deixar cair e temos que obrigatoriamente cumprir, por isso, pergunta aos senhores vereadores, onde pode a câmara cortar na despesa. Claro que, se responderem que corte na pista automóvel, será obrigada a dizer que a câmara tem um contrato neste sector de cinco anos e que só termina no ano em curso e que eventualmente, não será renovado, a não ser que surja algo imprevisível e que seja muito bom para o concelho e que não possa deixar de ser atendível e aí, terá que se fazer essa ponderação. Afirmou que esta, é a gestão deste executivo, que tem ideias e projetos, e quando os senhores vereadores tiverem de fazer algum reparo, digam, e indiquem, onde se pode cortar na despesa, com certeza, que não na que diz respeito aos trabalhadores, nem na que diz respeito às transferências para as associações, que são despesas correntes. Depois, os senhores vereadores da oposição argumentam que se fossem executivo, criavam emprego, porém não dizem, onde e como o fariam, dizem ainda, que dariam este apoio aos agricultores que aqui propõem, mas pergunta, em que estudos se basearam para afirmarem que o vitelo de raça Barrosã, tem de ter o dobro do apoio do vitelo cruzado, é que não entende o porquê desta diferença. Referiu que, repete aqui, o que disse ao primeiro grupo de agricultores que veio à câmara e aos últimos que vieram em maior número, ou seja, a atribuição de novos valores de apoio agropecuário, carece de estudo e sabendo o número de efetivos que existem no concelho, o executivo vai apreciar o assunto e tentar perceber, qual o impacto que existe entre o custo e benefício e decidir em conformidade. Não será preciso cortar só na pista automóvel porque a receita da câmara subiu, mas isto não cai do céu e não é resultado de o executivo andar só em festas, pelo contrário passam muitas horas em reuniões, estão atentos e vão a muitos sítios, fazer exigências, mas não se queixam porque é uma obrigação. Porém, propostas que não tem enquadramento, que não estão sustentadas em algo que seja objetivo, lamenta, mas não são de considerar. Este executivo, entende-se diretamente com os agricultores como sempre o fez. Não precisa, que os senhores agricultores marquem uma reunião para que os senhores vereadores façam uma proposta. A câmara, já deu provas de que está ao lado dos agricultores e produtores agropecuários e sempre assim será, iremos a Bruxelas quantas vezes



forem necessárias ou ao respetivo Ministério porque para este executivo, tanto vale estar o governo A ou B, pois temos de reivindicar para a nossa terra, junto de quem quer que lá esteja, tudo aquilo que achamos ter direito. Nestes termos, referiu que a proposta apresentada pelos senhores vereadores do Partido Social Democrata é chumbada, com o seu voto e os votos dos vereadores do Partido Socialista.

O senhor vereador da oposição Dr. José Capela interveio para dizer que se bem recorda, esta câmara começou a dar um apoio de cinquenta euros aos vitelos de raça barrosã, devido a uma proposta efetuada pelo Partido Social Democrata. Quando, o Partido Socialista ganhou as eleições autárquicas, achou por bem conceder esse apoio, pergunta então, qual foi o critério, porque nunca o disseram. No ano de 2017, foi alterado o valor desse apoio para cem euros por vitelo, por proposta eleitoral do Partido Social Democrata que posteriormente, o Partido Socialista acatou, pergunta quais foram os argumentos, ao ele próprio responde, "só porque sim." No ano de 2021, o Partido Social Democrata no seu programa eleitoral, tinha o pagamento da sanidade animal toda e a todos. Desta vez, a câmara começou a pagar a sanidade animal toda, mas não a todos e novamente, pergunta, qual foi o critério usado para esta medida. Ora, são critérios que o executivo lá saberá, mas que nunca puseram à luz do dia, ou seja, pagam porque pagam. Por outro lado, quando houve a pandemia, a câmara e bem, deu uma ajuda a empresas e comércios. Neste momento, em que se verifica uma grande inflação e os preços dos produtos e dos custos de produção sobem diariamente, também o Partido Social Democrata fez uma proposta. Neste sentido, e uma vez que se ajudou os comerciantes e outras entidades, tendo em conta o período inflacionário que se vive, decide-se trazer aqui uma proposta, no sentido de lhes conceder ajuda, aos agricultores porque estes, são o fomento da nossa região. Não se pode imaginar o concelho de Montalegre sem os agricultores, sem esta vertente económica que proporcionam. A agricultura, é fundamental nesta região. Ora, verifica-se uma subida de custos brutal nos custos de produção da agricultura e agropecuária e então fez-se a proposta aqui apresentada, para que de forma temporária a câmara possa ajudar os agricultores, como ajudou outros setores na altura do covid. Por outro lado, acham que dar um apoio ao gado barrosão e não dar ao cruzado que esteja bem porque provoca uma desigualdade. Sabem que o vitelo cruzado dá mais rendimento, mas também tem mais custos de produção, provavelmente a receita de um cruzado é maior que a do vitelo barrosão, por isso a diferença do valor proposto do apoio é diferente. Ao propor um aumento de subsídio de cem euros para cento e vinte ao vitelo de raça barrosã, trata-se de uma atualização do valor, mas não podem deixar os vitelos cruzados sem nada, por isso para a oposição é justo que comecem a receber sessenta euros por vitelo, sendo as normas de concessão desta ajuda, posteriormente, estabelecidas e aprovadas. Estes são os nossos critérios porque a câmara atribuiu cem euros aos vitelos de raça barrosã, mas não tem critérios. Foi referido, pela Senhora Presidente que votariam contra a nossa proposta, ora, estamos esclarecidos porque fica provado que não ajudam a agricultura como deve ser e continuam a não querer ajudar. Referiu ainda, ao contrário do que a Senhora Presidente disse, os vereadores



do Partido Social Democrata, não andam a reboque de ninguém, pelo contrário, apresentam propostas na altura certa, mas vê que a avaliação está feita, ou seja, estão sempre a incitar para que se apresente propostas, mas depois votam contra. Afirmou que, a presente proposta, está mais que estudada, tem o seu custo bem acomodado no orçamento da câmara porque a câmara não tem que pedir empréstimo para satisfazer os valores que dela constam e não há, como já referiram, nenhuma questão por esclarecer, mas, se o executivo vota contra é vossa decisão. \_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara interveio para responder que, o critério que a câmara teve para a atribuição do subsídio aos vitelos da raça barrosã, se prendeu com o facto de esta raça estar a ficar sem efetivos, e como é uma raça autóctone a atribuição de um apoio financeiro ao nascimento destes vitelos, foi no sentido de contribuir para o aumento desta raça. Referiu que não tem memória de ter sido o Partido Social Democrata a propor a atribuição deste subsídio e o seu aumento, mas vai procurar nas atas das reuniões de câmara para se inteirar desta situação. Por outro lado, não pagam este apoio só porque sim, como disse o vereador Dr. Capela, há critérios definidos e no ano de dois mil e dezassete quando estes apoios se concederam, os senhores vereadores da oposição da altura, fizeram considerandos que vai procurar nas atas e mostrar ao senhor vereador Dr. Capela que com toda a certeza ao se inteirar deles, ficará desgostoso. Continuando, afirmou que o senhor vereador Dr. Capela disse que a câmara deu apoio aos comércios na altura do Covid, mas esse apoio foi também fundamentado porque na altura os estabelecimentos estavam fechados e assim permaneceram durante muitos meses, tinham funcionários, a quem não podiam sequer pagar os salários e para manter esses empregos, decidiu-se conceder um apoio económico. Assim, quando os vereadores da oposição, vieram com uma proposta nesse sentido e queriam dar dinheiro a toda a gente, claro que essa proposta não foi aprovada porque o dinheiro não chegava para tudo. O senhor vereador Dr. Capela, afirmou: "tire o apoio económico e veja o que fica para os agricultores," pois, assiste-lhe razão, mas por isso é que no ano de dois mil e dezasseis se teve a preocupação de se fazer uma OPP neste concelho, o que foi conseguido, mas, deu muito trabalho e a partir daí, houve a possibilidade de se dar outros apoios aos agricultores. Entretanto, a câmara foi acusada pela oposição de dar diretamente os apoios aos agricultores e diziam que era para "comprar votos," porém, a câmara não compra votos a ninguém, o apoio era concedido de forma transparente e no respeito da legalidade, porém estando criada a OPP, dá-se o apoio aos agricultores, com a concessão das verbas escrupulosamente escrutinadas e que vão diretamente para as suas carteiras. Por outro lado, quando a oposição utiliza a expressão de que a câmara não apoia todos os agricultores, pois é uma prerrogativa nossa apoiar quem está inscrito na Coopbarroso porque é quem tem a OPP do concelho e dessa forma, não temos de transferir dinheiro para outras OPP fora do nosso concelho. Por outro lado, considera-se que as Associações do nosso concelho, devem ter força, esta está nos seus associados e estes se tiverem queixas devem ter alguém presente para poder corrigir. Afirmou que, quando o senhor vereador refere que os custos de produção dos vitelos cruzados são maiores, mas que em contrapartida estes dão mais





rendimento, confessa que não é isso que lhe chega, por quem sabe deste assunto porque tanto come um vitelo da raça barrosã como um da raça cruzada. A questão que se coloca, é que os vitelos cruzados como crescem mais rápido, podem ir mais cedo para abate, mas se forem ao mesmo tempo que os da raça barrosã, por volta dos sete meses, o que acontece é que um vitelo cruzado pesa muito mais, que o da raça barrosã e é aqui que está a diferença. Deste modo, quando o senhor vereador diz que o custo para a produção de vitelos, não é o mesmo que há anos atrás, mas esse problema também é comum às duas raças. Por isso, se há a necessidade de aumentar o apoio para a raça barrosã, qual o fundamento para se propor apenas sessenta euros para os vitelos de raça cruzada, poderia ser oitenta ou cem euros, qual o critério que usaram para formular os valores propostos, isso era o que queria ver fundamentado na proposta que aqui trouxeram.

O senhor vereador Dr. Capela interrompeu a Senhora Presidente e referiu que aos cruzados a câmara até hoje dá zero de apoio, mas se quiser, dar trezentos que dê, mas pensa que esses valores não colhem em orçamento.

Prosseguindo, a Senhora Presidente da Câmara, afirmou que gostou de ouvir do senhor vereador da oposição o seguinte: "é mais um milhão, o que é significativo, para acrescentar ao resto," "nós temos critério," " nós ajudamos a agricultura," " não andamos a reboque, apresentamos a proposta na altura certa," pois, senhor vereador Capela, nós vamos apresentar outra proposta, no tempo que deve ser, ou seja, em outubro quando se elabora o orçamento, depois de termos a situação bem estudada, de tudo estar contabilizado e sabermos o que pudemos e devemos fazer. Disse ainda, que este executivo, fala a uma só voz e nenhuma decisão importante é tomada, sem ouvir todos os vereadores que dele fazem parte, os quais tem feito um ótimo trabalho porque o respeito, assim o exige. Deste modo e como referiu porque a proposta dos senhores vereadoras da oposição, viola as normas orçamentais e porque não é possível cortar nas despesas correntes, como sejam, por exemplo, os apoios à educação, o salário dos trabalhadores entre outras, este executivo, não vai aprovar esta proposta que está aqui em discussão.

O senhor vereador da oposição Dr. José Rodrigues interveio para esclarecer que na proposta que apresentaram, os sessenta euros que propuseram para apoio aos vitelos cruzados ou os cento e vinte euros para os vitelos da raça barrosã, não foi sugerido pela Coopbarroso. De facto, tiveram uma reunião com a Coopbarroso e pediram contributos para a elaboração do programa eleitoral e foi-lhes sugerido que fazia sentido, conceder um apoio ao nascimento de vitelos de raça cruzada. Porém, a Coopbarroso não tem responsabilidade na definição dos valores que apresentam na proposta em debate porque também estudam os assuntos e preparam os dossiers e fazem as suas contas. A apresentação que fizeram desta proposta tem a ver com uma questão de oportunidade, pois na medida em que defendem determinado assunto e sobre ele, tem uma proposta elaborada e, tomando conhecimento de que os agricultores, vêm reivindicar sobre essa questão à câmara, tomaram então, a decisão de a divulgar, em apoio às



pretensões dos agricultores. Disse que se bem percebeu, nas intervenções que a Senhora Presidente fez, tudo na proposta dos vereadores da oposição está mal e que vai votar contra a mesma. Mas, o que interessa, é que a câmara vai votar contra esta proposta e os vereadores do Partido Social Democrata, vão votar a favor porque o que releva, é que os agricultores possam receber os sessenta euros pelos vitelos cruzados e os cento e vinte pelos da raça barrosã. Porém, como a Senhora Presidente pôs defeitos na nossa proposta e vai votar contra, a responsabilidade é só sua, porque fica aqui bem claro que os vereadores da oposição são a favor da atribuição de um apoio ao nascimento dos vitelos cruzados. Quanto à questão levantada pela Senhora Presidente do critério da distribuição dos valores que propomos na proposta, é estranho que o faça porque a câmara começou por atribuir cinquenta euros aos nascimentos dos vitelos de raça barrosã e depois subiu para cem euros e não revelou qual foi o critério utilizado. Mais, falam com as pessoas que tem experiência neste assunto e dizem-lhes que uma exploração de gado barrosão, não é tão competitiva como uma de raça cruzada e a prova está que estando nós no solar da raça barrosã, as explorações da raça cruzada são quatro vezes mais, o que significa que são mais rentáveis, e é isto que está na base desta proposta. Nestes termos, a proposta que apresentam está bem fundamentada porque tem um critério de rentabilidade de cada uma das raças. Afirmou que, a Senhora Presidente pôs em causa o valor que consta da proposta quanto aos sessenta euros que propõe para os vitelos cruzados e os cento e vinte euros para os vitelos de raça barrosã, dizendo que isto não é justo, que não temos critérios para estes valores, mas esquece-se que aos vitelos cruzados, a câmara está a dar zero, é aí que a proposta que apresentam começa, por isso, a Senhora Presidente não tem razão ao afirmar isso. Por último, referiu que os vereadores do Partido Social Democrata, são a favor da proposta que apresentam, vão mantê-la, mas estão dispostos a negociá-la e até a votar outras propostas que venham a ser apresentadas. Contudo, quer que fique claro que a proposta de atribuição de um subsídio aos vitelos de raça cruzada no concelho de Montalegre, foi da autoria dos vereadores do Partido Social Democrata e as contas utilizadas para os valores propostos estão bem fundamentadas.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que vai inteirar-se do facto de os senhores vereadores da oposição terem ido para uma reunião com a Coopbarroso que é parceira da câmara, solicitar sugestões para a elaboração para programa eleitoral, uma vez que quando este executivo vai falar com as entidades é para pedir contributos para o desenvolvimento de projetos e não para falar de programa eleitoral. Referiu que, a proposta dos senhores vereadores da oposição, não está fundamentada, não vê em que se baseiam para a definição dos valores apresentados e pergunta se sabem por exemplo, que o gado barrosão, já tem um subsídio que o cruzado não tem, ora, se não sabem, deveriam saber. Em jeito de conclusão, referiu que esta câmara está disponível, como sempre esteve, para estudar e perceber como este apoio se poderá efetivar, sendo certo que constará de uma proposta quando se tiver todos os dados. Aí, será uma proposta, no tempo devido, bem fundamentada e enquadrada como são todas as que



a câmara apresenta, para contemplar todos e não haver discrepâncias. Porém, esta proposta que hoje está aqui em consideração e não o apoio que propõe, o qual já está a ser estudado, este executivo não aprova. \_\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos contra dos eleitos pelo Partido Socialista e três votos a favor dos vereadores do Partido Social Democrata, rejeitar, a proposta supratranscrita. \_\_\_\_\_

## XI

### REUNIÃO PÚBLICA MENSAL

(cfr. n.º 2 do artigo 49.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Inscreeveu-se para intervir neste período, o senhor Fernando Abel Lima de Moura residente no Barracão, freguesia de Cervos, Montalegre para solicitar esclarecimento sobre o apoio à produção vitelos neste concelho. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara deu a palavra neste período de intervenção do público ao Senhor Fernando Abel Lima de Moura que se encontrava inscrito para falar, a fim de que pudesse expor o seu assunto. \_\_\_\_\_

Nestes termos, o Senhor Fernando Abel de Moura iniciou a sua intervenção e começou por apresentar, os seus cumprimentos a todos os presentes nesta reunião. Referiu que, tal como já tinha advertido na reunião em que estiveram presentes vários agricultores do concelho e que decorreu hoje na câmara, vieram cá reunir-se mas sem qualquer motivação política e isentos de qualquer vertente política. A sua luta, que fique bem claro, não tem qualquer componente política. Tinham vindo reunir-se com a Sra. Presidente da Câmara, para agendar a proposta de atribuição de um apoio financeiro que queriam que a câmara acolhesse. Previamente, tinha com o seu colega Filipe, contactado já alguns agricultores para ouvir a sua opinião e todos lhes disseram que queriam vir à câmara conjuntamente com eles e só por isso é que esta sala hoje de manhã se encheu de agricultores. O que disse hoje na reunião, é o que vai aqui repetir, ou seja, querem que a câmara não distinga os agricultores e os trate de forma igual e não uns terem subsídios e outros não. Está consciente de que se alguns agricultores estivessem nesta reunião de câmara e ouvissem a falar aqui de milhões de euros, diriam que a câmara não dá o apoio que pedem porque não quer, mas não entende que assim seja. Por isso, se a câmara neste ano, não tem possibilidade de dar o apoio a todos os agricultores de Montalegre, então pedem para que no ano de dois mil e vinte e cinco, considere atribuir um pouco mais para cobrir o que este ano não podem receber e desse modo já atenuará o nosso esforço. Disse ainda que, ser agricultor, envolve muita teimosia, porque se hoje morre um vitelo ou uma vaca, continua-se a ser agricultor e se a geadas queima o milho ou a batata, voltam a semear no ano seguinte, por isso é que afirma que para ser agricultor tem que se ser "teimoso." É preciso, defender a agricultura no concelho de Montalegre porque é o que mantém este concelho vivo e vê-se que a agricultura está a decair e os jovens estão a afastarem-se dela porque os apoios são cada vez menos e com mais



burocracia. Por último, solicitou que todos os presentes se unam em prol da agricultura em Montalegre e façam isso, essencialmente, para ajudar os agricultores. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara respondeu a esta intervenção, referindo que a câmara nunca disse em momento algum que não daria este apoio financeiro aos agricultores. O que foi dito, é que aprovado o orçamento, este apoio aos vitelos de raça cruzada carecia de estudo e de se aferir como disse da parte da manhã a todos os agricultores, que carecia de se aferir também o que se considera que é o gado cruzado. Afirmou que, melhor que a Presidente da Câmara o Senhor Abel sabe o que se pode considerar gado de raça cruzada e que não são todos, nem as oito mil cabeças que dizem por aí que existe no concelho. Deste modo, vai aferir-se o número de efetivos que existe e depois verificar qual o apoio que a câmara pode materializar, sem fazer depender essa atribuição do corte da pista automóvel que iremos fazer para o ano, mas sim, porque a câmara conseguiu angariar mais receitas, que nos vão habilitar fazer outras coisas. Fica contente que alguém que aqui está, percebe que a câmara não tem milhões no banco a mofar, que percebe como se faz um orçamento, que sabe que é preciso ter dinheiro disponível para fazer face a estes apoios, uma vez que, o dinheiro de que se falou nesta reunião, está todo compromissado e é preciso que a câmara honre os seus compromissos e não se ponham as contas em risco porque acha que os agricultores não querem isso. Referiu que, quanto a este assunto está tudo conversado, que os agricultores estão alinhados com a câmara, já mesmo antes da reunião, que, contudo, foi boa para que todos ouvissem de viva voz, qual é o entendimento desta câmara, sobre este assunto. Porém, este mesmo entendimento, já tinha sido transmitido a outros representantes dos agricultores, incluindo a Direção da Coopbarroso. Afirmou que o período eleitoral, corresponde apenas aqueles quinze dias antes das eleições em que se apresenta com seriedade e legitimidade as propostas que cada uma das forças políticas têm. Aí, cada um fará o que entender, isso é que é a democracia, portanto, nunca este executivo fará condicionalismos ou pressão, ou será sensível a estas, para que se possa pensar que se consegue isto ou aquilo. O caminho está traçado e quando assumiu estas funções, sempre a ouviram dizer muitas vezes, que este concelho é essencialmente, agrícola, é um concelho de produtores pecuários e como tal é esse caminho que a câmara vai seguir e este executivo irá onde fizer falta para honrar este compromisso. Por fim, agradeceu a intervenção do Senhor Fernando Abel e o facto de ter estado presente nesta reunião. \_\_\_\_\_

## XII

### **APROVAÇÃO DA ATA SOB A FORMA DE MINUTA**

**(cfr. n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)**

## XIII

### **ENCERRAMENTO**

E, nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu como encerrada a reunião, quando eram dezoito horas e dez minutos, e para constar lavrou-se a presente ata, e eu, Maria Fernanda



